



**Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de tecnologia  
Curso de Arquitetura e Urbanismo**



**CAMILA LUANA KNOPIK**

**ESPAÇO LIVRE PÚBLICO EM ARAUCÁRIA – PR  
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO DA PAISAGEM**

**CURITIBA  
2012**

CAMILA LUANA KNOPIK

**ESPAÇO LIVRE PÚBLICO EM ARAUCÁRIA – PR  
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO DA PAISAGEM**

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA040) como requisito parcial à conclusão do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Chiesa

CURITIBA  
2012

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

*Orientador(a):*

---

*Examinador(a):*

---

*Examinador(a):*

---

*Monografia defendida e aprovada em:*

*Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.*

## **Agradecimentos**

Agradeço a minha família pelo apoio e compreensão em todo o meu percurso na graduação de Arquitetura e Urbanismo. Aos amigos que estiveram ao meu lado nessa caminhada e pelas suas palavras de incentivo. E ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Chiesa por todo o seu conhecimento.

“O projeto de paisagismo, integrando design e urbanismo, pode contribuir sempre, para ampliar o acesso público e o uso coletivo, promover a integração com seu entorno e a articulação do tecido urbano e, com isso, desenvolver desenhos da cidade que propiciem um modo de vida mais democrático, diversificado e justo.”

Sun Alex

## Sumário

<b>1 Introdução</b> .....	5
<b>2 Marco teórico e conceitual</b> .....	7
2.1 O Processo de Urbanização.....	7
2.2 Espaço Livre Público .....	8
2.3 A Participação Social no Planejamento, Projeto e Gestão da Paisagem .....	10
<b>3 Caracterização da área de estudo</b> .....	13
3.1 Aspectos Históricos do Processo de Urbanização em Araucária.....	14
3.1.1 Araucária .....	14
3.1.2 Araucária e Região Metropolitana de Curitiba.....	16
3.1.3 Espaços livres e urbanização em Araucária.....	19
3.1.4 Porto das Laranjeiras .....	25
3.1.5 Fábrica de Cogumelos .....	27
3.2 Aspectos Físicos e Paisagísticos .....	29
3.2.1 Situação geográfica e fatores climáticos .....	34
3.2.2 Vegetação .....	34
3.2.3 Solos, relevo e hidrografia.....	36
3.2.4 Infraestrutura Urbana .....	38
3.2.5 Uso e Ocupação do Solo.....	42
3.2.6 Equipamentos Públicos e Espaços Livres.....	46
3.3 Aspectos Sociais .....	50
<b>4 Estudos de Casos Correlatos</b> .....	55
4.1 Parque da Cidade, Lagos, Portugal .....	55
4.2 Praça Victor Civita, Bairro Pinheiros, São Paulo .....	58
4.3 Bosque da Fazendinha, Curitiba .....	61
<b>5 Participação Social</b> .....	65
5.2 Síntese das questões .....	66
<b>6 Considerações finais</b> .....	73
6.1 Programa de intervenção na área de estudo .....	78
<b>7 Referências</b> .....	80
<b>8 Anexos</b> .....	83

## Resumo

O trabalho a seguir relata sobre o espaço livre público em Araucária. A partir do processo de urbanização no Brasil, com ênfase na década de 70, período marcante para a referida cidade, o histórico de Araucária, do bairro e do próprio objeto de estudo, é feito um panorama de um local que posteriormente será utilizado para a implantação de um espaço livre público.

Além de características físicas e paisagísticas, serão apresentados aspectos sociais do bairro em que se situa o objeto de estudo. Dados fundamentais quando existe a intenção de inserir a participação social no planejamento da paisagem.

Três estudos de casos serão usados como base para a pesquisa. No primeiro, um caso internacional, o enfoque está para o seu entorno, dimensão e a presença de monumento histórico. No segundo, um estudo nacional, a ênfase está para a inserção da participação social no planejamento e gestão do espaço. Por último o estudo de caso local trata de um espaço público localizado em uma região residencial e preservando os edifícios existentes abriga diversas atividades com o intuito de atender a população local.

Com o intuito de inserir a participação social no planejamento da paisagem será aplicado um questionário com moradores, frequentadores e usuários do local a fim de descobrir qual o valor dos edifícios e da vegetação existente no espaço para essas pessoas. E também, caso a prefeitura desapropriasse o terreno, qual deveria ser o uso e o programa do local para que eles o frequentassem. Assim, com o resultado dessa pesquisa, as deficiências do local e os aspectos apontados em um mapa de diretrizes, será criado o programa para um espaço livre público adequado para a vivência da população.

**Palavras-chave:** Araucária, Espaço Livre Público, Participação Social

## 1 Introdução

“A permanência das características físicas de uma paisagem com maior significação perceptiva tende a favorecer a apropriação dos espaços livres pela população como um fato coletivo. A valorização desta apropriação costuma servir como um instrumento de conservação ambiental e de validação do pertencimento do lugar à comunidade que o vivencia cotidianamente.” (LYNCH, 1976)

Nas áreas habitacionais urbanas a população carece de locais com os quais possam se identificar e de espaços livres que reflitam a identidade e necessidade de seus moradores. Os espaços bem resolvidos, com programas interessantes e sempre levando em conta os desejos da população usuária, aliados ao cuidado e a manutenção dos mesmos, são aqueles melhores apropriados pela população.

A participação das pessoas na construção do espaço urbano é um direito de cidadania pelo qual também se mede o grau de democracia em uma sociedade. Garantida por leis e desejada pelos cidadãos, essas novas dinâmicas provocam mudanças nos processos de produção do espaço, demandando por sua vez novas posturas profissionais mais dialógicas e abertas ao novo e ao imprevisível.

Na cidade de Araucária há um bairro predominantemente residencial, o Porto das Laranjeiras, que está sendo esquecido por não fazer parte da expansão urbana do município, que se desenvolve rumo à Curitiba. Os terrenos estão perdendo seu valor, os moradores antigos não se encontram mais e as áreas de lazer estão cada vez mais escassas. As glebas ainda existentes estão sendo parcelados com uma velocidade cada vez maior, devido a necessidade de abrigar pessoas de outras cidades que vem à procura de novos empregos.

Com o intuito de trazer referência e identidade para o local, a intenção é trabalhar em uma quadra que não cumpre sua função social adequadamente na área urbana, desenvolvendo um espaço livre público com a participação popular não apenas em nível de projeto, mas que através do uso do espaço possam manter, desenvolver e melhorar a qualidade do ambiente em que vivem.

O local foi escolhido por ser uma vasta área verde no centro do bairro, localizado próximo a uma via de grande movimento, que faz a ligação do centro da cidade aos bairros periféricos. Este já abrigou uma cogumeleira por muito tempo e ainda preserva algumas de suas edificações originais.

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer um pouco mais a área em que o projeto do espaço livre público será desenvolvido. Inicia com um capítulo teórico, dissertando sobre o processo de urbanização, o conceito de espaço livre público e finaliza com um texto sobre a participação social em três níveis, planejamento, projeto e gestão do espaço público.

O capítulo 3 faz uma caracterização geral do local do objeto de estudo, compreendendo desde os aspectos históricos da cidade, a relação do bairro com o surgimento da cidade e a primeira ocupação privada que o local possuiu em alguns anos anteriores. Então segue pelos aspectos físicos que podem ser relevantes no desenvolvimento de um projeto paisagístico como fatores climáticos, topografia, vegetação e infraestrutura urbana. E encerra o capítulo com um levantamento sobre os aspectos sociais da população local, fator importante visto que a pesquisa trata do englobamento dos moradores no processo de planejamento da paisagem em que vivem.

O capítulo seguinte cita três estudos de casos correlatos, necessários para apoiar as decisões do futuro projeto que será realizado nesse espaço, sendo um internacional, com dimensões e entorno muito próximos a realidade do objeto de estudo. O segundo trata de um exemplo nacional que leva em consideração a participação social em seus três níveis, onde os frequentadores são os principais responsáveis pelo sucesso do projeto. E por último um exemplo em nível local, situado em um bairro periférico da cidade de Curitiba, com características bem próximas à cidade de Araucária.

E a pesquisa é finalizada com um capítulo em que aplica-se um questionário com à população do bairro Porto das Laranjeiras, com o intuito de inseri-los no processo de planejamento do local em que será realizado um projeto de paisagismo. À partir desse questionário surgem as diretrizes que guiarão as decisões para a realização desse projeto, sempre direcionando para o aspecto social, pretendendo inserir a participação dos moradores na posterior execução desse projeto e na gestão do futuro espaço público.

## **2 Marco teórico e conceitual**

Para dar início a pesquisa sobre espaço livre público em Araucária e a participação social é importante abordar sobre três assuntos base, o processo de urbanização que foi o fenômeno que transformou a maioria das cidades brasileiras, situação que em Araucária não foi diferente, gerando um grande crescimento urbano e desenvolvimento econômico à partir da década de 70. O espaço livre público nos centros urbanos, como são criados e quais são os tipos de usos possíveis como destino final. E a participação social no processo de planejamento, fator indicador do grau de democracia de uma sociedade.

### **2.1 O Processo de Urbanização no Brasil**

A revolução industrial do século XIX criou situações propícias para o crescimento brusco das cidades e, por conseguinte o fenômeno chamado urbanização. Com o aumento da população e o despertar da consciência e busca por um ambiente agradável para viver, aumentam a necessidade de exigências da criação de espaços livres que sirvam de repouso e local de entretenimento para os cidadãos.

A urbanização pode ser compreendida como um processo econômico-demográfico que se expressa no crescimento do número de cidades e do tamanho populacional do território urbano (SANTOS, 1993).

A primeira tentativa de ordenar a urbanização das cidades brasileiras foi através do decreto federal nº 58 em 10 de dezembro de 1937, com a exigência de protocolar em cartório as vendas e subdivisões de terras e em se tratando de áreas urbanas, deveriam ter a aprovação dos órgãos municipais. Porém a maioria dos municípios não dispunha de planos de uso do solo, desprovidos de legislações que pudessem barrar qualquer projeto.

A consequência desse fato, foi que até a década de 50, houve um incremento populacional muito grande, com intensos parcelamentos do solo sem planejamento, ocorrendo sérios problemas de sistema viário, ocupações em áreas de mananciais, entre outros. Esse momento, no Brasil, foi marcado pela difusão do trabalho assalariado e pela expansão da industrialização, que causaram a aceleração do processo de urbanização. No Paraná, essa expansão industrial, junto com a crise do café, na década de 60, aceleraram a migração do campo para a cidade, alterando a estrutura do

aglomerado metropolitano de Curitiba e elevando os índices de desemprego (SILVA, 2006).

O Gráfico 1: População urbana e população rural no Brasil, mostra a transformação da população rural brasileira em urbana, marcada pela década de 60 e quando acontece essa inversão. Fato ocorrido devido ao declínio da agropecuária e o avanço da industrialização acompanhado do setor de serviços, com a consequente intensificação do crescimento das cidades, a metropolização e o surgimento de novos desenhos urbanos.

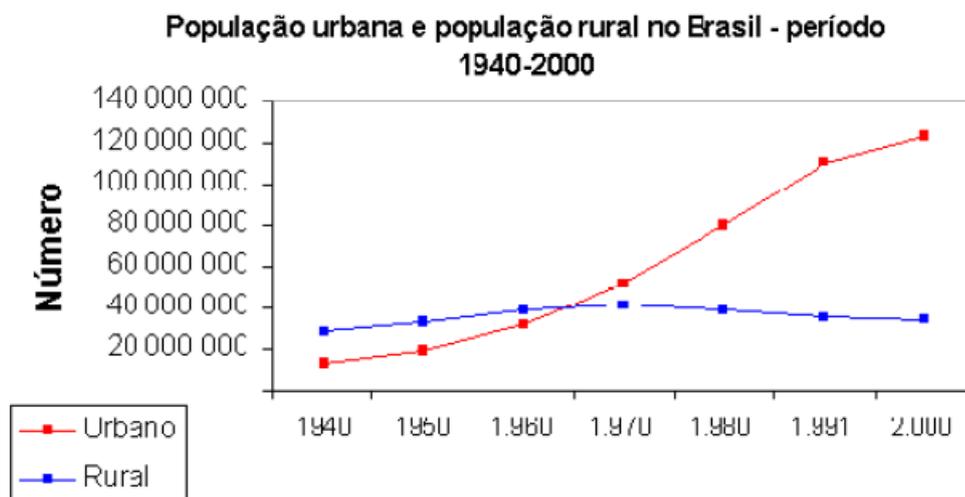


Gráfico 1: População urbana e população rural no Brasil  
Fonte: IBGE

No fim da década de 70, foi criada a mais importante lei federal que regulariza o parcelamento do solo urbano no país, ordenando a urbanização até os dias atuais. A Lei nº 6766/79 dispõe sobre os requisitos mínimos exigidos para os loteamentos, dá distinções sobre as formas de parcelamento e determina competências quanto à transformação do solo rural em urbano. Surge nesta lei os primeiros indícios de reserva de área pública, com a exigência da doação (mínima de 35%) de áreas em loteamentos, proporcionais à densidade de ocupação para implantação de equipamentos públicos e sistema viário.

## 2.2 Espaço Livre Público

O espaço público é aquele acessível a todos os indivíduos, moradores ou visitantes, capazes de interagir, em uma mesma intensidade, independente de sua condição social, onde ocorre a prática da vida pública (ALEX, 2004). Este espaço pode

ter diversas formas e tamanhos dentro da malha urbana, abrangendo desde as calçadas até praças e parques. Usa-se o termo livre, para designar que o espaço é livre de edificações, porém, não necessariamente com presença de vegetação.

Na paisagem, o espaço livre público (sendo a parte visível do território) tem importante papel de cenário na construção de imagens e práticas coletivas, além de conformar um componente muito flexível na estrutura do território, sendo promissor na possibilidade de transformações urbanas (TARDIN, 2008).

No livro “As praças que a gente tem, as praças que a gente quer” (LEITÃO, 2002), o conceito de espaço público pode ser entendido de três maneiras:

1. Exterioridade: como espaço que surge em oposição ao espaço privado e fechado / restrito da casa, o espaço público diferencia-se por ser o espaço exterior, aberto / público, de uso comum, tanto no sentido real, físico – a rua, o pátio, a praça – quanto no sentido simbólico, onde o espaço exterior, o espaço da rua, da praça, é o espaço da liberdade, onde tudo acontece.
2. Acessibilidade: é exatamente esta condição que, do ponto de vista territorial, caracteriza o espaço público. Por esse motivo, que um determinado espaço, numa localização específica e definida, se torna, pelo uso que a acessibilidade viabiliza, um espaço comum e, como tal, espaço público por definição.
3. Significado: espaços públicos costumam estar impregnados de memória, o que lhes garante um valor simbólico que extrapola sua função mais visível. Ruas e praças contêm histórias não apenas de importância individual, mas, sobretudo, de valor coletivo. São nesses espaços privilegiados que estão registrados os fatos urbanos que constituem a memória da cidade.

Os espaços livres públicos podem possuir diferentes usos dentro das cidades, dependendo das necessidades do sítio de implantação. Algumas possibilidades serão citadas a seguir:

“Os espaços livres de edificação podem proporcionar perspectivas e vistas do cenário urbano; propiciar recreação no mais lato sentido do termo, com amplo de atividades específicas; propiciar proteção ecológica a valores importantes, como recarga de água do subsolo, prevenção de inundações, preservação de áreas excepcionais e similares; servir como dispositivo ou influência para a morfologia urbana, de tal forma que parte de um extenso aglomerado seja identificado de suas vizinhanças e reservar presentemente áreas sem utilização para usos futuros. A ênfase no caso não é tanto no uso atual, mas na manutenção para usos mais ativos posteriormente.”

(CLAWSON, 1969, apud MAGNOLI, 2006)

A importância da presença de vegetação nesses espaços está diretamente relacionada às influências que pode exercer sobre o clima da região. Assim como a diversidade da vida silvestre, estabilidade às estruturas do solo e manutenção dos fluxos de água, obstáculos para os ventos, filtração do ar, equilíbrio de índice de umidade, redução de ruídos, além das funções sociais: recreativas, educativas e de lazer aos habitantes da cidade (TARDIN, 2008).

“Uma cidade sustentável e boa para se viver é frequentemente caracterizada por amplas provisões de espaços verdes e alta qualidade em locais estratégicos para o uso de residentes, trabalhadores, visitantes e turistas” (JIM e CHEN, 2006, apud BUCCHERI, 2010).

### **2.3 A Participação Social no Planejamento, Projeto e Gestão da Paisagem**

A ampliação da democracia trouxe uma grande alteração nas políticas públicas a partir da década de 60 no Brasil. O crescente descontentamento dos habitantes de ambientes modernistas dos países desenvolvidos pressionava as administrações públicas com movimentos sociais pela inserção da participação comunitária nos programas habitacionais. Nessa época, iniciava o questionamento de noção de progresso e desenvolvimento, quando surgiram os grupos de defesa do meio ambiente. A sociedade buscava novas ideologias e formas comunitárias alternativas de vida, surgindo assim, a necessidade de um novo contexto urbano diversificado.

Dessa forma, os governos viram-se obrigados a lidar com a participação popular nos processos de planejamento, até porque se conscientizaram que esta seria a solução mais populista e econômica. É evidente, que esta participação poderia acontecer de diversas formas, muito mais pela utilização de mão de obra barata para as obras que pela influência nos processos de tomadas de decisões.

A verdadeira intenção era a transparência nos processos de planejamento e a permeabilidade das reivindicações populares. Os movimentos de bairros e de grupos com interesses especiais, como em defesa do meio ambiente, deveriam ser consultados e teriam voz ativa na administração e no desenho das cidades.

Com isso, os países, como Grã-Bretanha e Estados Unidos, passaram a desenvolver legislações que tornariam obrigatória a participação popular na elaboração de planos diretores locais, relatórios de impacto ambiental e participação das comunidades onde seriam aplicados os recursos federais. Essa nova fase política

influenciou também a redefinição de disciplinas sociais dentro das universidades, produzindo novas metodologias na dimensão participativa de seus programas (DEL RIO, 1990).

Foi John Turner, político canadense, o mais influente nesta questão, defendendo a institucionalização de processos participativos, onde a população decidiria e realizaria o projeto e o Estado agiria apenas como provedor de recursos e fornecedor de assistência técnica (TURNER, 1972, *apud* DEL RIO, 1990).

O tema da participação social nas dinâmicas de construção do espaço urbano começou a ganhar força no Brasil, sobretudo a partir do início do processo de redemocratização do país. Nesse sentido a promulgação da constituição em 1988 se constituiu em um importante marco institucional. Por sua vez o Estatuto da Cidade, publicado em 2001, garante, como lei federal, o direito inalienável dos cidadãos participarem, em várias esferas, das decisões sobre o planejamento e gestão do território municipal e seu complexo de lugares, que afetam suas vidas e seu cotidiano.

Na legislação municipal de Araucária, o Plano Diretor, dito Participativo, possui alguns instrumentos de democratização na parte de gestão municipal, deixando a desejar sobre a participação da população no planejamento da cidade. Posteriormente, são citados os instrumentos indicados na lei específicos para o acompanhamento popular da Araucária já planejada, com poucos espaços para a opinião pública no que diz respeito à criação dos espaços urbanos.

Os debates são sessões sobre temas relevantes de interesse público que podem ser solicitados à prefeitura pelos Conselhos Municipais ou outras instituições representativas de classe.

A audiência pública é um instituto de participação administrativa, aberta a sociedade, visando à legitimidade das ações administrativas, disciplinadas em Lei, por meio da qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções para aceitação consensual. Na cidade de Araucária, os exemplos mais comuns são as audiências públicas dos estudos de impacto de vizinhança.

O principal objetivo das Conferências é a mobilização do governo municipal e sociedade civil na elaboração e avaliação das políticas públicas e discussão das metas e prioridades para o Município. Nas conferências devem ser abordadas as alterações na legislação urbanística, principalmente as revisões do Plano Diretor.

Outro instrumento da participação da população na gestão municipal, fixado por lei, são os conselhos, que possuem caráter consultivo, normativo, deliberativo, propositivo e fiscalizatório.

Além desses citados, a prefeitura tem a liberdade de criar outros espaços e a obrigação de auxiliar na participação da população desprovida economicamente, disponibilizando transporte quando houver a realização desses eventos.

Visto estes instrumentos é possível perceber que existem apenas para cumprir as leis, sem muito interesse e condições das reais participações no desenvolvimento da cidade. Não só em Araucária, inserir a participação social na tomada de decisões em todas as escalas, desde o planejamento, desenvolvimento de projetos e acompanhamento da gestão, tem sido um desafio para o poder público e os planejadores urbanos, dificuldade justificada pela escassez de metodologias comprovadas, não deixando de ser um processo de desenvolvimento e aprendizagem em todo o país.

### 3 Caracterização da área de estudo

Para o desenvolvimento de um projeto de espaço livre público foi escolhido uma quadra em Araucária, cidade da Região Metropolitana de Curitiba, que possui representativa área de vegetação em seu território, este local já foi sítio de produção de cogumelos e de propriedade particular. No decorrer do capítulo serão abordados os aspectos relevantes para o desenvolvimento do projeto paisagístico, como informações históricas, físicas e sociais.



Figura 1: Localização do Município de Araucária  
Fonte: Prefeitura Municipal de Araucária



Figura 2: Localização da área dentro do quadro urbano do município  
Elaboração: a autora

### **3.1 Aspectos Históricos do Processo de Urbanização em Araucária**

Para entender a ocupação da área analisada é importante conhecer como aconteceu a ocupação e o desenvolvimento da cidade, do bairro de localização e da Cogumeleira que já ocupou o terreno onde será previsto um espaço público, e suas construções ainda existentes no local.

#### **3.1.1 Araucária**

Segundo dados do IBGE sobre o censo 2010, divulgados em maio de 2011, Araucária possui uma população total de 119.123 habitantes, sendo 92,5%, 110.205 moradores da área urbana e 8.918 residentes rurais, com taxa de crescimento anual total de 5,26% e taxa de crescimento geométrico de 2,37%. A composição por gênero da população do Município apresenta diferenças mínimas em relação à realidade encontrada na região, com uma pequena prevalência de homens em relação à população feminina, 50,4% de homens e 49,6% de mulheres. O araucariense nasce com expectativa de vida de 73,76 anos. Seu território com 471,337km<sup>2</sup> está na maior parte em área rural, sendo apenas 16,7% parte do perímetro urbano. Atingindo assim uma densidade demográfica de 256,78 hab/km<sup>2</sup> e grau de urbanização de 92,51%.

A composição do perfil de uma população requer a avaliação de variáveis que possam identificar o seu potencial de desenvolvimento social. Entre estas variáveis a educação é indispensável. Neste aspecto, a população de Araucária apresenta indicadores bastante favoráveis. A taxa de alfabetização da população com 5 anos é de 91%, maior do que a média do Estado. Diferente do que acontece na Região Metropolitana, as taxas de alfabetização rural equivalem às urbanas. Este dado traduz boas condições de acesso à educação formal básica por parte da população rural que, muitas vezes, apresenta maiores restrições de acesso aos serviços públicos. A taxa de alfabetização de adultos é relativamente alta, 94,22%, contrapondo as taxas de frequência escolar de 81,84% (ARAUCÁRIA, 2007).

Do total de moradores, 78,7% estão em idade ativa, ou seja, com mais de 10 anos de idade, de acordo com o conceito utilizado pelo IBGE. Definindo como economicamente ativos, aqueles que estão disponíveis para o mercado de trabalho, encontram-se 46,7%, que representam cerca de 60% da população em idade ativa. Porém, exercendo efetivamente uma atividade econômica, encontram-se 64.979 pessoas no ano de 2010, 54% do total da população. Comparando com Curitiba,

percebe-se uma proporção maior de pessoas nas três condições de atividade, resultado do perfil etário da população e das condições do mercado de trabalho (ARAUCÁRIA, 2007). De acordo com o perfil do município disponível pelo IPARDES, esta população está distribuída entre serviços, comércio e indústria, com renda per capita em torno de R\$242,06. As indústrias dominantes instaladas no município estão nos setores da química, papel e madeira. A receita do município para o mesmo ano foi de R\$539.701.455,87 com despesas municipais de R\$464.258.582,46.

Analisando dados do ParanáCidade com relação aos aspectos econômicos pode-se dividir a participação do Produto Interno Bruto municipal em três categorias mais significativas, a agropecuária com 0,79%, os serviços com 46,96% e a indústria com 52,25%, totalizando os seguintes valores: Produto Interno Bruto: US\$ 1.770.547,318,37 e PIB per capita: US\$ 26.205,87, representando cerca de 3% da economia estadual.

Para analisar o perfil geral de Araucária, toma-se como referência o Índice de Desenvolvimento Humano, que sintetiza as condições sociais em termos de renda, escolaridade e mortalidade infantil. A cidade apresenta IDH de 0,801, colocando-se entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano, pela classificação do PNUD, IDH maior que 0,8.

Dentre os 40.056 domicílios existentes na cidade, 37.839, 94,5%, são abastecidos pela rede de água, 14.285, 35,6%, possuem atendimento da rede de esgoto e 100% desses domicílios computados na contagem do IBGE possuem energia elétrica.

Em termos de legislação, no ano de 1978 dá-se o início do planejamento da cidade, a Lei Municipal nº 512, *Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento de Araucária, em convênio com a Secretaria de Planejamento do Estado e a Coordenação da Região Metropolitana – COMEC, e toma outras providências*, visando ordenação do crescimento e desenvolvimento da cidade, visto necessário com a grande expansão populacional da década de 70 que será citada no próximo capítulo. Este instrumento tinha como justificativa a necessidade de estabelecer diretrizes sócio-econômicas e físico-territórias para orientar o crescimento da atividade industrial. O Plano foi norteado por duas linhas de ação, a definição do zoneamento das áreas industriais e urbanas e a programação de investimentos em infraestrutura básica (SILVA, 2006). À partir de então surgem as primeiras legislações referentes à zoneamento, normatização de uso e ocupação do solo e sistema viário.

Após a publicação do Estatuto da Cidade, através da Lei <sup>o</sup> 10.257/01, surge a obrigatoriedade de revisão do Plano Diretor, que só aconteceu no ano de 2006, instituindo as leis que regem o município até os dias de hoje.

A Lei Municipal nº 05 de 18 de setembro de 2006, Plano Diretor Participativo de Araucária, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município, com o intuito de integrar o processo de planejamento, ordenando o pleno desenvolvimento das funções sociais e o uso socialmente justo, de forma a assegurar o bem-estar de seus habitantes, é aplicada em todo o seu território.

A política de desenvolvimento de Araucária visa elevar a qualidade de vida de seus habitantes e promover a inclusão social a partir da redução das desigualdades que atingem diferentes camadas da população, traçando objetivos para assegurar o cumprimento da função social da cidade, através da valorização dos bairros, potencialização de áreas providas de infraestrutura, gestão ambiental e gestão participativa nos processos de planejamento municipal.

### **3.1.2 Araucária e Região Metropolitana de Curitiba**

A cidade de Araucária, junto com outros 13 municípios, faz parte da primeira formação da Região Metropolitana de Curitiba, criada pela Lei Complementar Federal nº 14 de 1973. Constituída atualmente por 29 municípios, possui cerca de 3,2 milhões de habitantes numa área de 15.419km<sup>2</sup>, concentrando 64% do total da população urbana do Estado (COMEC, 2012).

Nesse mesmo ano, especificamente na cidade de Curitiba, foi lançado o projeto da Cidade Industrial de Curitiba – CIC, impulsionado pela política nacional de descentralização industrial e a necessidade que o IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – havia discutido de atribuir um novo espaço para as indústrias que estavam esgotando o bairro Rebouças. Esta foi instalada na região oeste da cidade, a 10 km do centro. A partir da década de 80, houve a necessidade da criação da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba com o objetivo de dinamizar o processo de crescimento industrial, mas foi nos anos 90 o período mais intenso de industrialização, quando cerca de 60% das empresas localizadas na CIC iniciaram suas atividades (Agência Curitiba, 2012).

Os anos 70 foram marcados por diversas transformações na região. Até então, a economia de Araucária estava baseada na agricultura e na pecuária. Porém, a

proximidade com Curitiba e sua Cidade Industrial, favoreceu a instalação de indústrias na cidade (BOSCHILIA, 2010).

“Muita coisa já mudou e muita coisa haverá de mudar!” (Estado do Paraná, 1971). Era a manchete de jornal que anunciava a escolha da cidade de Araucária para a instalação da 7ª refinaria de petróleo da Petrobrás, em 1971. Foram seis anos até a sua inauguração e a cidade triplicou o número de habitantes nesse mesmo período.

A Figura 3: Mapa de localização da refinaria de petróleo no perímetro urbano de Araucária, mostra a área que a refinaria ocuparia com relação ao atual perímetro urbano, o qual não sofreu muitas alterações ao longo desses 40 anos, apenas alguns prolongamentos no sentido norte-sul.



Figura 3: Mapa de localização da refinaria de petróleo no perímetro urbano de Araucária, 1971  
Fonte: Acervo Histórico de Araucária

Até então, haviam apenas duas indústrias no município, a Palomar, de móveis e colchões e a Cocelpa, celulose, papel e papelão. Essas eram as fontes de emprego para aproximadamente 5.279 habitantes da zona urbana (Diário da Tarde, 1972).

Segundo entrevista do engenheiro Kiel, chefe de implantação da Petrobrás, para a imprensa local, o empreendimento proporcionaria 8.000 empregos na cidade e redondezas. Fato que não levava em conta a mão de obra desqualificada que existia na cidade, pois se tratava de pessoas que trabalhavam geralmente em plantações ou em olarias das famílias coloniais (Diário da Tarde, 1972).

Assim o número de habitantes quadruplicou e os imóveis começaram a perder seu valor, os produtores de material de construção, principalmente o tijolo de barro, reduziram drasticamente seus lucros, a Petrobras comprava toda a produção a baixo custo. E o que parecia ser o início da industrialização do município já não era muito bem visto pelos seus habitantes (TRAUCZYNSKI, 1999).

Porém, a instalação da refinaria trouxe benefícios que teve reflexo até os dias de hoje, com o início das obras, tornou-se necessário o melhoramento do acesso à cidade. O governo do estado, junto com a DER – Departamento de Estradas de Rodagem, proporcionou o asfaltamento da BR-476, no trecho do rio Barigui, divisa com Curitiba, numa extensão de 8 km (Gazeta do Povo, 1974).

Impulsionou também a criação do Centro Industrial de Araucária – CIAR – através da Lei Ordinária nº 536/1978, visando atrair e direcionar o estabelecimento das indústrias, fazendo com que a cidade precisasse se adaptar rapidamente ao desenvolvimento. “Se por um lado as áreas disponíveis na área urbana possibilitavam sua expansão, por outro haviam sérios problemas de infraestrutura que precisavam ser solucionados em curto prazo, como rede de água e esgoto, transporte, comércio e educação, saúde e habitação.” (BOSCHILIA, 2010).

No final da década de 90, um novo empreendimento de grande porte integra-se ao município de Araucária, a CISA (Aços Revestidos S.A.). A escolha da região para sua instalação deu-se por conta de fatores ligados à política de desenvolvimento industrial adotada pelo Estado. Portanto, na escolha de Araucária, destacaram-se fatores vinculados a potencialidades presentes no município, tais como: estrutura logística, infraestrutura instalada, disponibilidade de energia elétrica e gás natural, áreas industriais, além da proximidade de importantes centros de produção e consumo, com abrangência nacional e continental. Nesse cenário, o peso do CIAR colocou o município numa posição nacional privilegiada para o capital industrial, em relação aos demais municípios integrantes da RMC.

Em 2006, iniciou a mais recente ampliação da refinaria de petróleo, com um investimento de US\$ 12 bilhões somente na área de abastecimento em cinco anos. Essa fase geraria cerca de US\$ 199 milhões de impostos e 17.000 novos postos de trabalho, para aumentar em 10% a capacidade de produção (Jornal de Araucária, 2006). Novamente Araucária passaria pelo mesmo drama do passado, a falta de mão de obra qualificada, fazendo com que a população aumentasse consideravelmente, e a falta de estrutura para receber seus novos habitantes.

Assim, como na década de 70, os novos trabalhadores chegam à cidade com seus familiares, em busca de mudança de vida com a nova oportunidade e se instalam definitivamente, nem sempre retornando ao local de origem após o término da obra.

O processo de industrialização do município de Araucária foi tão intenso, que em trinta anos a população urbana passou de 5.473 habitantes em 1970, para 85.996 habitantes no ano 2000 e 119.123 em 2010, conforme dados do IBGE.

Essa população foi atraída não só pela abundante oferta de empregos, mas também pelo ignóbil valor da terra, oferecido pela iniciativa privada, que conseguia um baixo custo no parcelamento das áreas periféricas à capital, devido às facilidades oferecidas pelas legislações urbanas. Assim foram executados “loteamentos sem muita conexão uns com os outros, com uma infinidade de ruas descontínuas e grandes áreas desocupadas, impondo um aspecto de desorganização e descontinuidade ao município.” (BLASZCZAK, 2010).

### **3.1.3 Urbanização em Araucária**

O desenvolvimento do espaço urbano de Araucária está relacionado com as transformações econômicas e sociais ocorridas a partir da década de 70. A nova fase de industrialização do Paraná tornou a cidade foco de investimentos do Estado, vivenciando um acelerado processo de urbanização que alterou a forma e produção de seu espaço urbano.

Sabendo que as zonas industriais e a região de concentração das classes de alta renda são os elementos mais influenciadores na estruturação do espaço (VILLAÇA, 1998, apud SILVA, 2006), é evidente a distribuição espacial da ocupação territorial que aconteceu em Araucária. Desde a sua formação, os novos assentamentos aconteciam próximos ao centro tradicional, local que concentrava as necessidades de comércio, trabalho e moradia. Com o surgimento da CIAR, esse processo de ocupação foi alterado, a vinda da população atrás de empregos fez com que os novos parcelamentos acontecessem próximos de áreas onde as indústrias estavam sendo instaladas.

Pode-se dizer que a produção do espaço urbano em Araucária, após a instalação industrial, teve início nas áreas periféricas limítrofes a Curitiba e posteriormente avançou em direção ao centro tradicional ocupando os espaços vazios existentes. Ocorreu dessa forma, pois os novos empregados das indústrias recém instaladas eram, em sua maioria, de baixa renda, fazendo com que a tendência dos novos loteamentos reduzisse

as áreas dos lotes para torná-los mais acessíveis. O centro urbano tradicional deixa de ser o único polo em torno do qual se dá a estruturação urbana e passa a ser reservado como local de moradia das famílias tradicionais (SILVA, 2006).

Nessa época que aconteceram a maioria dos parcelamentos do solo no sentido centro tradicional e CIAR, as leis que orientavam essas ações não tinham preocupações com reservas de áreas livres e preservação de vegetação. Observando o anexo 3, com foco no entorno do objeto de estudo, percebemos que os loteamentos dos anos 70 são predominantes de lotes com dimensões mínimas.

Analisando as imagens aéreas a seguir, observa-se a ocupação territorial a partir da década de 80, na região de entorno da área de estudo, localizada próxima ao centro tradicional da cidade. Importante ressaltar que foi nessa época que surgiram as leis de planejamento urbano de Araucária, no decorrer do período de expansão que aconteceu com maior intensidade na década de 70.



Figura 4: Foto aérea da região urbana próxima ao centro tradicional de Araucária, 1980  
Fonte: COMEC



Figura 5: Foto aérea da região de entorno ao objeto de estudo, 1985  
Fonte: COMEC

Na Figura 5: Foto aérea da região de entorno ao objeto de estudo, 1985, uma foto mais próxima do terreno em estudo, observa-se a concentração de ocupação no centro tradicional, localizado ao sul da imagem, e edificações mais escassas distribuídas em poucos loteamentos do bairro imediato, ao centro da imagem.



Figura 6: Foto aérea da região de entorno ao objeto de estudo, 2000.  
Fonte: SUDERHSA

Comparando a Figura 5: Foto aérea da região de entorno ao objeto de estudo, 1985 com a Figura 6: Foto aérea da região de entorno ao objeto de estudo, 2000., tiradas com 15 anos de diferença, observa-se que o parcelamento no bairro Porto das Laranjeiras se manteve, ocorrendo um adensamento de edificações com características residenciais isoladas unifamiliares em lotes com grandes proporções.



Figura 7: Foto aérea da região de entorno ao objeto de estudo, 2010.  
Fonte: Google Earth

Com relação à Figura 7: Foto aérea da região de entorno ao objeto de estudo, 2010., representação da situação atual, posterior ao Novo Plano Diretor, implantado em 2006, observa-se que foi mantido o mesmo parcelamento da década de 80, mais densificado que na década de 2000 e o surgimento de 2 novos loteamentos, na região oeste da foto, possivelmente com a preocupação de reserva de áreas institucionais. As grandes reservas de vegetação estão presentes nas 4 imagens, com desmatamentos praticamente imperceptíveis.

Na Lei de Parcelamento do Solo, nº 2.162/10, que está em vigor atualmente, há como requisitos urbanísticos aplicados às áreas de loteamento, a doação para o município de uma percentagem da área total dos lotes, a ser destinada ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos comunitários e espaços livres nas seguintes proporções:

Cap. II, Seção 1, Art. 6º:

- I. 10% para áreas institucionais, para implantação de equipamentos comunitários, com localização indicada pelo órgão de planejamento da Prefeitura;
- II. 10% para espaços livres, destinados à implantação de praças, áreas de recreação e esportivas, monumentos e demais referenciais urbanos e paisagísticos.

§1º 5% das áreas destinadas a espaços livres poderão ser ocupadas por áreas verdes.

Estes requisitos são aplicados a todos os loteamentos, exceto quando a área ultrapassa 10.000m<sup>2</sup>, diminuindo as porcentagens, de acordo com análise dos órgãos competentes, independente da localização do parcelamento dentro do quadro urbano, público alvo e intenção de uso. Tendo em vista que a cidade é dinâmica e cada região possui características físicas e sociais distintas, não deveriam ser tratadas como se seguissem um padrão, pois é provável que suas necessidades sejam exclusivas de sua realidade.

Segundo registros da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, constam 5 áreas passíveis de serem enquadradas como unidades de conservação municipais e 27 praças. Dentre as unidades de conservação, que podem ser consideradas parques, três estão no perímetro urbano, o Parque Cachoeira, Parque Ambiental do Passaúna e o Parque das Pontes. Uma está na área rural, Parque José Wachowski e o último extrapola os limites municipais, o Parque Linear do Iguaçu.

Destas, o Parque Ambiental do Passaúna encontra-se interditado pela Justiça pelo estado de abandono e o Parque José Wachowski em processo de criação. Passível de atender à demanda da população há apenas o Parque Cachoeira, pois o Parque das Pontes não possui infraestrutura de lazer.

Dentre as praças, 26 estão na área urbana e uma no distrito de Guajuvira, poucas são dotadas de infraestrutura adequada e algumas são constituídas de remanescentes florestais.

#### **3.1.4 Porto das Laranjeiras**

O caminho das tropas entre Rio Grande do Sul e São Paulo nos anos de 1700, deu origem à diversos povoados, passando por cidades como Lapa, Rio Negro, Ponta Grossa e Castro, arrastavam habitantes de Curitiba desenvolvendo pequenos comércios por onde se instalavam (O POPULAR, 2004).

Na região do Tindiquera, como era chamada Araucária antes de se tornar cidade, acontecia a ligação entre Lapa e Registro, pelo Rio Iguaçu. Havia um pequeno porto, à margem direita do rio, conhecido como Passo das Laranjeiras, onde as tropas por motivo de enchentes, muitas vezes, paravam por alguns dias até o escoamento das águas. Fato que “originou o aglomerado de pessoas e atividades que formariam a Vila de Araucária” (O POPULAR, 2004). Com o passar dos anos, o porto foi substituído por uma ponte, perdendo sua função, mas mantendo seus moradores.



Figura 8: O mesmo barco que fazia transporte de mercadorias entre o Porto das Laranjeiras e São Mateus do Sul servia para levar os moradores a passear. 1915. Acervo: Museu Tingüi-Cuera.

Os proprietários mais antigos contam que com a chegada das indústrias na cidade, na década de 1970, a região era procurada pelos novos empreendimentos por ofertar grandes áreas de terra, porém a distância da estrada de ferro era uma deficiência que impedia as instalações. Só haviam grandes glebas com abundante vegetação e a delegacia da cidade, instalada em um antigo barracão, separada apenas por uma porteira das propriedades (GAVLETA, 2012).

A Quinta do Faial, como era chamada a região, era de propriedade da família Charvet, usada para plantio de linho, matéria prima da indústria de beneficiamento de linho São Manoel. Era também onde foi o haras da família e posteriormente instalada a chamada “fábrica” de cogumelos. Os primeiros moradores do bairro trabalhavam tanto na produção de cogumelos como na indústria de linho. As instalações desta fábrica ainda permanecem, sendo utilizados para outros fins, como depósito de resíduos, oficina mecânica e moradia (KNOPIK, 2012).

O bairro abrange uma área de 3,50km<sup>2</sup> e população aproximada de 3.000 habitantes, sendo a maior parte de classe média baixa, com renda entre 3 e 10 salários mínimos. O Porto das Laranjeiras se diferencia dos outros bairros de Araucária por não possuir uma associação de moradores. Acredita-se que seja pelo fato de ser “um bairro

bem estruturado e as condições sociais altamente favoráveis, Possui posto de saúde, creche e quase todas as suas ruas são asfaltadas, condições que acabam tornando dispensável a presença de uma associação de moradores” (O POPULAR, 2004).

### **3.1.5 Fábrica de Cogumelos**

Alfred Charvet era um dos sócios da fábrica de linho São Patrício, que funcionou em Araucária desde 1939 até 1961, nesse período adquiriu terras para futuros empreendimentos. Com seu desligamento da sociedade, resgatou algumas áreas em troca de sua parte na empresa que seguiu em funcionamento no estado de São Paulo.

No ano de 1955, em uma dessas áreas, a Quinta do Faial, nome dado por sua esposa, Maria Luíza Charvet, possivelmente remetendo à ilha de Portugal, instalou o haras da família para abrigar alguns cavalos trazidos da Europa que não sobreviveram por muito tempo devido à falta de instruções adequadas nos cuidados e falta de adaptabilidade ao clima.

Em busca de uma nova renda à família, aproveitaram a área de aproximadamente 3,5ha, para instalar a “cogumeleira”. Eram descendentes de família francesa, por isso tinham tradição no país de origem tanto na produção do linho como de cogumelos.

Três fatores eram importantes para o desenvolvimento do cultivo: a umidade, a ventilação e a temperatura. Não houve grandes dificuldades, pois além do clima propício da região, possuíam equipamentos e matéria prima vindos da França, específicos para a produção. Como infraestrutura, construíram um barracão com aproximadamente 1.000m<sup>2</sup> que abrigava a suposta fábrica, assim conhecida pela vizinhança, pois as caldeiras liberavam poluição e mau cheiro muito parecido com o das fábricas instaladas na cidade, e uma casa para a família dos caseiros que guardavam a propriedade. Cerca de 15 pessoas trabalhavam na “cogumeleira”, entre seus filhos e os funcionários.

Passaram por grande dificuldade no comércio do cogumelo por dois principais motivos. A maioria dos habitantes de Araucária não tinha o costume do consumo do cogumelo, ingrediente muito presente na culinária francesa, muitos achavam que o produto era venenoso. E os descendentes poloneses, que tinham mais conhecimento do consumo desse alimento, tinham a tradição de colher cogumelos naturais, que se desenvolviam sem a necessidade de cultivo nas propriedades entre as plantações.

Para superar as dificuldades financeiras, na década de 70, aos poucos foram vendendo partes das terras aos chineses que se instalavam na região, dando início aos primeiros loteamentos. Em 1975 a fábrica de cogumelos fecha suas portas, sendo reaberta por seus herdeiros em 1980. A partir disso, passou por diversos proprietários até encerrar sua produção em 1997. Atualmente, as duas edificações ainda guardam um pouco dessa história, porém, não faz mais parte da herança da família Charvet (CHARVET e INCKOT, 2012).



Figura 9: Residência do caseiro da Cogumeleira  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012



Figura 10: Edificações das instalações da Cogumeleira  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012

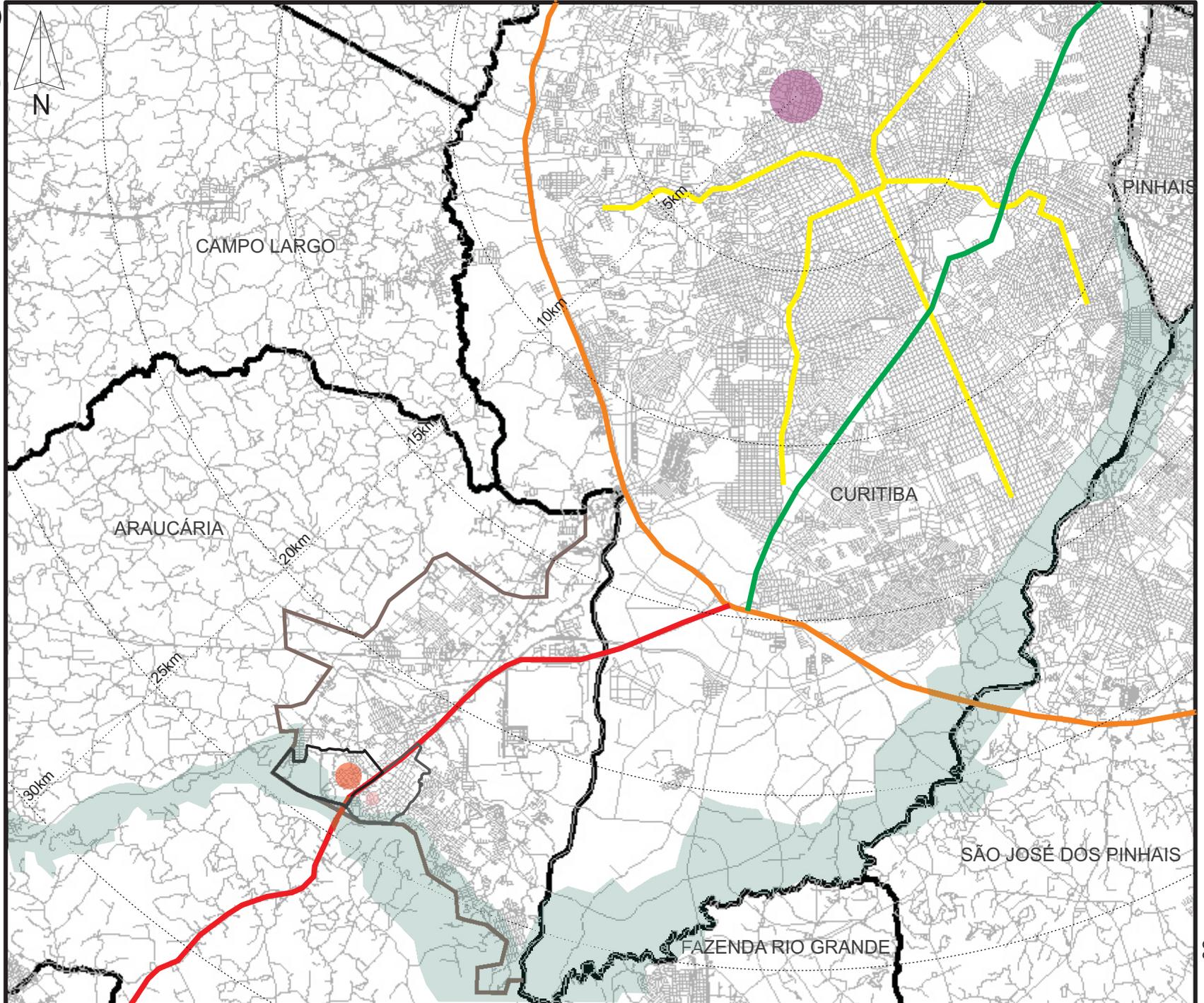
### 3.2 Aspectos Físicos e Paisagísticos

Para apoiar a análise da realidade no local de estudo, serão apresentados a seguir 4 mapas em diferentes escalas, são eles: situação, contexto, entorno e sítio. Por esta representação é possível reconhecer e ter melhor proximidade com o terreno que será analisado nas questões geográficas, de uso e ocupação do solo, equipamentos e áreas de preservação mais detalhadas ao longo do capítulo.

# SITUAÇÃO

## MAPA 01

esc: 1:150.000



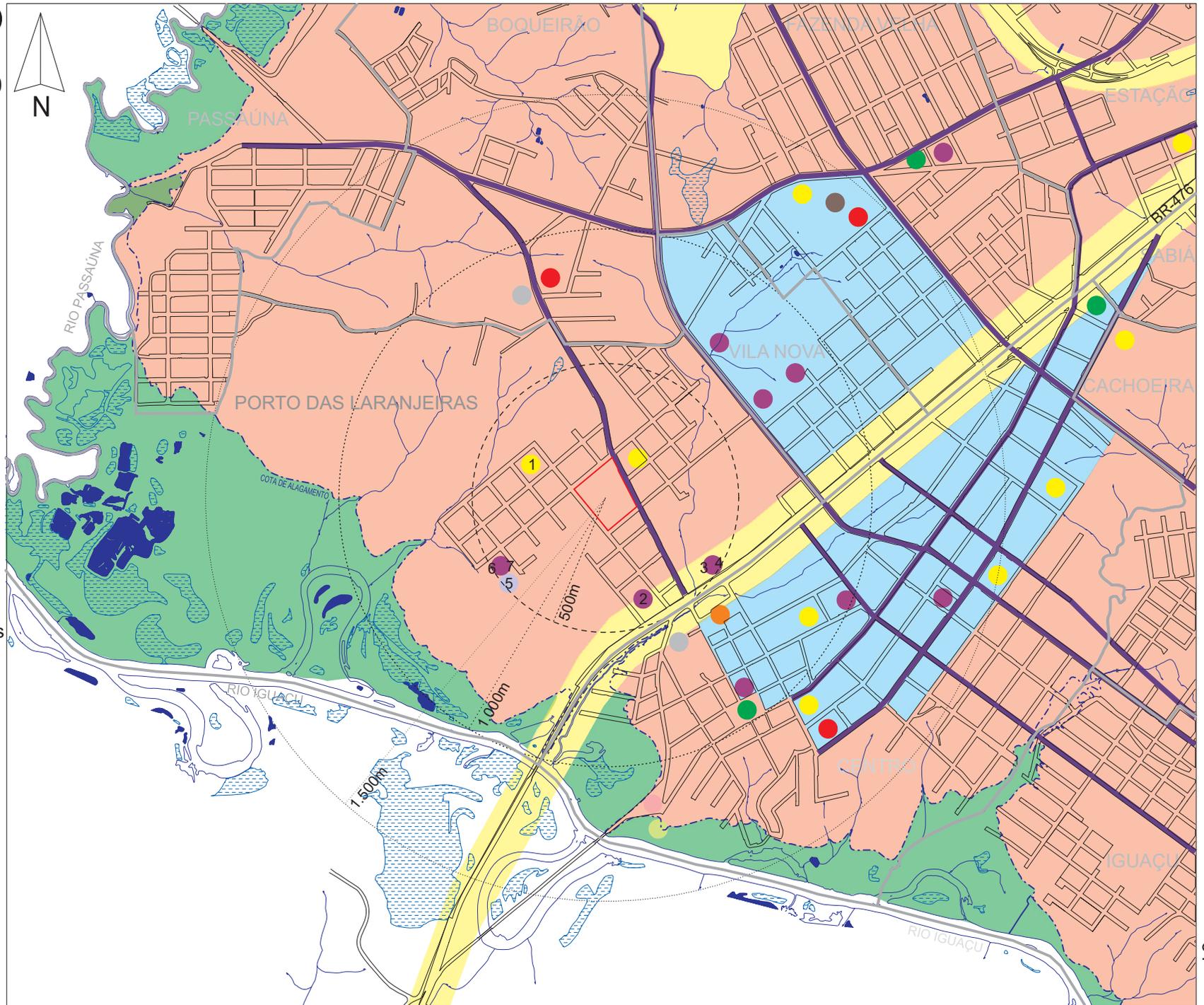
- Área de Estudo
- Centro de Araucária
- Centro de Curitiba
- Área de Interesse Especial Regional do Rio Iguaçu
- Sistema Viário:
  - BR-476
  - Linha Verde
  - Contorno Norte
  - Vias Estruturais
  - Perímetro Urbano
  - Limite dos Municípios



# CONTEXTO

## MAPA 02

esc: 1:20.000

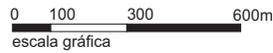


### Zoneamento:

- Zona Comercial
- Zona Residencial
- Setor de Serviços
- Zona de Proteção Ambiental
- Eixos de Comércio e Serviços

### Equipamentos:

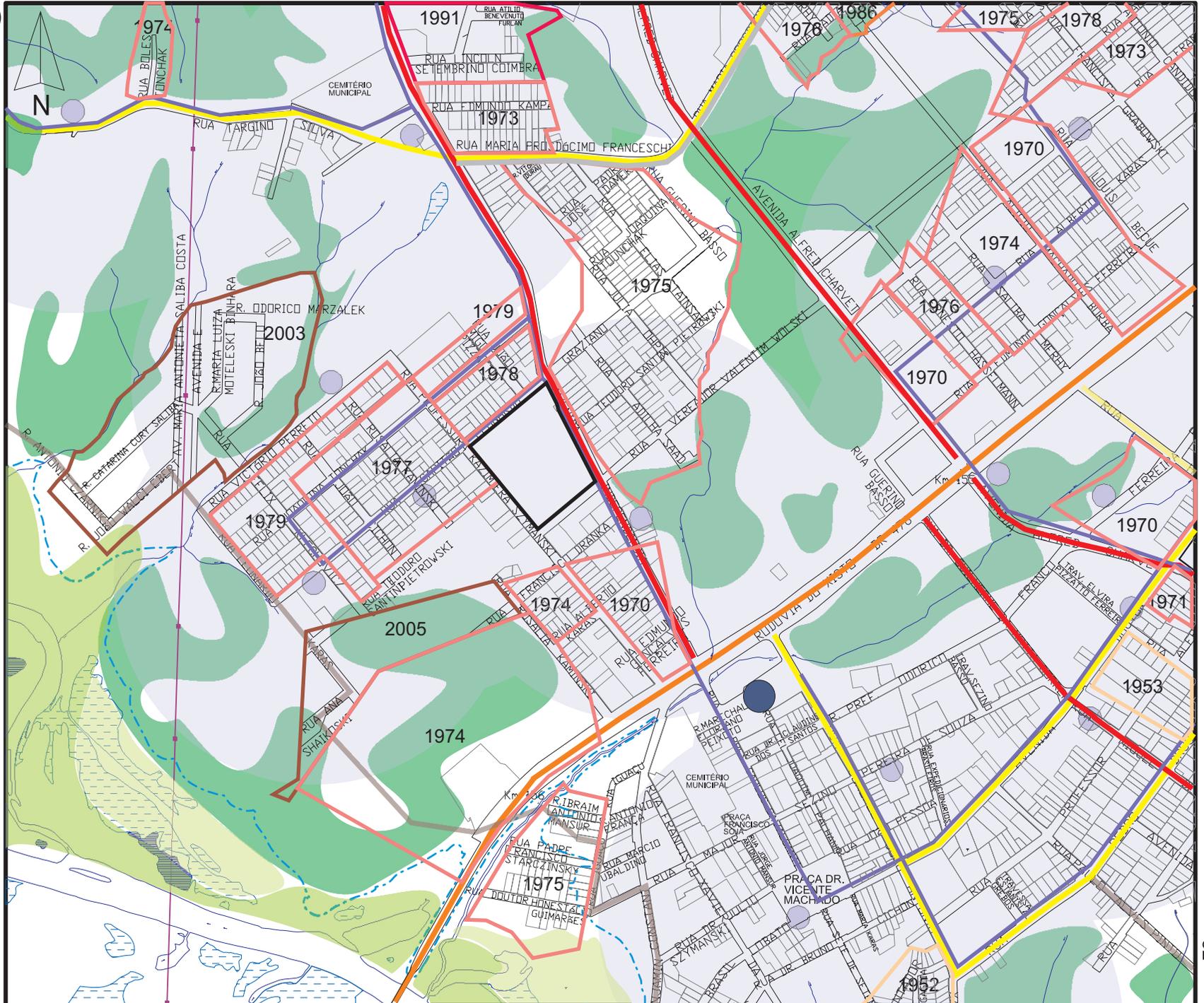
- Praças
- Creches
- Escolas
- Orfanato
- Cemitério
- Ed. Públicos
- Centro de Saúde
- Estádio Municipal
- Terminal Rodoviário
- Centro Social Urbano



# ENTORNO

## MAPA 03

esc: 1:10.000



- Cota de alagamento SUDERHSA
- Linha de alta tensão
- Transporte Coletivo:
  - Terminal Central
  - Pontos de Ônibus
  - Trajeto dos Ônibus
  - Ciclovia (conecta o bairro ao CSU - Centro Social Urbano)

- Vegetação:
  - Floresta
  - Galeria
  - Mata de Várzea

- Hierarquia Viária:
  - Vias de Penetração
  - Vias Arteriais
  - Vias Coletoras
  - Vias Perimetrais

- Loteamentos:
  - década de 2000
  - década de 1990
  - década de 1980
  - década de 1970
  - década de 1950

0 100 200m  
escala gráfica

fonte: Prefeitura de Araucária | Comec  
elaboração: a autora

# SÍTIO

## MAPA 04

esc: 1:2.000

### Vegetação:

-  Eucaliptos
-  Cedros
-  Capoeira
-  Campo
-  Várzea

### Calçadas:

-  Inexistente
-  Padrão Prefeitura
-  Acessos de Veículos

### Mobiliário Urbano:

-  Telefone Público
-  Ponto de ônibus

### Uso do solo:

-  Edificações de Ensino
  -  Edificações Religiosas
  -  Edificações Residenciais
  -  Edificações Comerciais
  -  Edificações Mistas
- nº Gabarito

 Escoamento das águas

 Ventos dominantes

 Fluxo de pedestres mais frequente

 Fluxo de veículos

 Acessos existentes

 Edificações existentes



0 10 30 50m  
escala gráfica

fonte: Prefeitura de Araucária  
elaboração: a autora

### 3.2.1 Situação geográfica e fatores climáticos

A área, objeto de estudo, está situada em Araucária, cidade integrante da Região Metropolitana de Curitiba, fazendo parte do centro mais atrativo e desenvolvido do Paraná. É cortada pela BR 476 (Rodovia do Xisto), via de interligação da região Sudoeste do Estado e encontra-se a 27 km de Curitiba, 118 km do porto de Paranaguá e 25 km do aeroporto Afonso Pena. Possui relevo relativamente suave, recortado por diversos cursos d'água e está localizada a 897 m de altitude, latitude 25°35'35"S e longitude 49°24'37"W.

O clima é subtropical úmido, sem estação seca, com verões suaves e invernos relativamente frios, e, segundo a classificação proposta por Köppen, do tipo Cfb, ou seja, mesotérmico úmido com verões frescos. Não permite diferenciações entre estação seca e estação úmida, com predomínio de chuvas no verão e ocorrência de geadas no inverno. A umidade relativa do ar situa-se na faixa dos 80%. A temperatura média anual é de 16°C, variando entre 27°C em fevereiro e 8°C em julho.

### 3.2.2 Vegetação

Pesquisas realizadas sobre a vegetação do Paraná nos indicam que Araucária possuía grandes áreas de campos naturais nas regiões próximas aos rios Barigui e Iguaçu. O processo de antropização foi responsável pela devastação dessa vegetação, não havendo mais locais com espécies originais sem modificações.

O terreno escolhido para posterior intervenção possui característica área de vegetação, como mostra o Mapa 5: Identificação da vegetação existente. É possível separar essa cobertura vegetal em quatro classificações, plantios aleatórios de espécies arbóreas exóticas como o eucalipto (*Eucalyptus sp.*) e o cedro (*Cupressus sp.*), estágios iniciais de regeneração da vegetação, porções da área com vegetação herbácea e uma pequena área de várzea (terreno plano hidromórfico).

Esses dois tipos de arbóreas exóticas são longevas de grande porte que podem ocasionar problemas para a ocupação ao redor, pela dificuldade de poda e corte das espécies. Possivelmente a área era utilizada para o plantio de eucaliptos para extração de madeira.

A vegetação de regeneração, conhecida comumente por capoeira, tem como espécie principal a Bracaatinga, árvores pioneiras com crescimento rápido que vivem

cerca de 30 anos. Essas matas são densas associações artificiais que, vistas do alto, parecem constituir agrupamentos puros, pois formam uma cobertura superior densa e exclusiva, sob a qual desenvolvem espécies componentes do secundário (KLEIN e HATSCHBACH, 1062).



Mapa 5: Identificação da vegetação existente  
Fonte: prof. Carlos V. Roderjan  
Elaboração: a autora

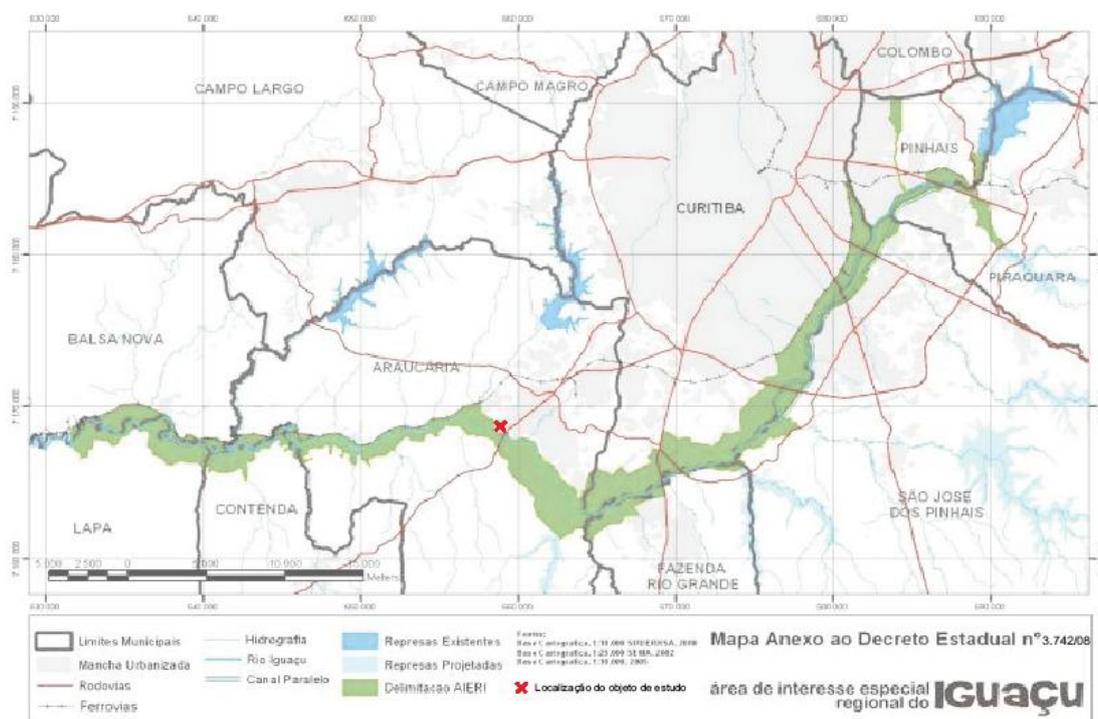
### 3.2.3 Solos, relevo e hidrografia

A área de estudo está inserida na bacia do Rio Iguaçu, área de destaque em interesse de preservação na Região Metropolitana de Curitiba pela necessidade de proteção, visto que este rio tem como principal função a drenagem do território urbano metropolitano e importante corredor de biodiversidade regional.

A Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, como é denominada na porção do rio que intercepta a RMC no sentido leste-oeste, possui uma área aproximada de 2.881km<sup>2</sup>, o equivalente a 18,64% do território metropolitano.

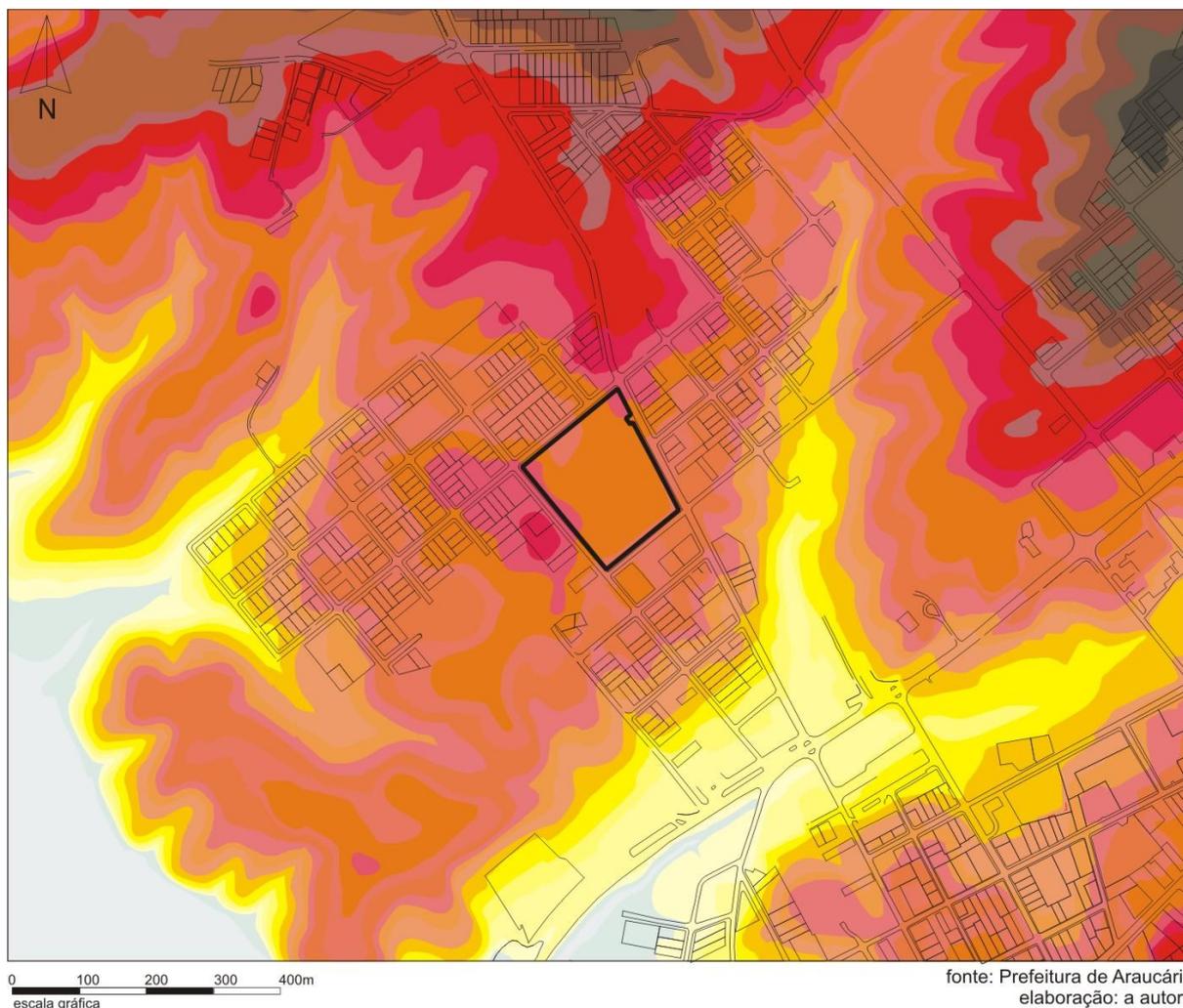
Visto sua importância, a Coordenação da Região Metropolitana – COMEC, o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, a Mineraias do Paraná S.A. – Mineropar e a Superintendência do Desenvolvimento de Recursos Hídricos e do Saneamento Ambiental – Suderhsa, estabeleceram um instrumento normativo, através do Decreto Estadual nº 3.742/2008, a fim de proteger e recuperar as várzeas deste trecho do Rio Iguaçu, por meio da criação da Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu.

O Mapa 6 mostra a proximidade da área em estudo com as áreas de interesse da AIERI.



Mapa 6: Delimitação da área de interesse especial regional do Iguaçu  
 Fonte: COMEC | Adaptado pela autora





Mapa 7: Hipsometria

### 3.2.4 Infraestrutura Urbana

As leis municipais consideram como infraestrutura básica, equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, de abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação e pavimentação.

O sistema de abastecimento de água da cidade está integrado ao sistema principal de abastecimento da cidade de Curitiba, através do sistema produtor Passaúna, atendendo a maioria dos municípios. O Gráfico 2: Abastecimento de água em Porto das Laranjeiras mostra as formas de abastecimento dos domicílios de Porto das Laranjeiras, sendo no geral pelo sistema do Passaúna e apenas 6 domicílios com abastecimento dentro da propriedade.

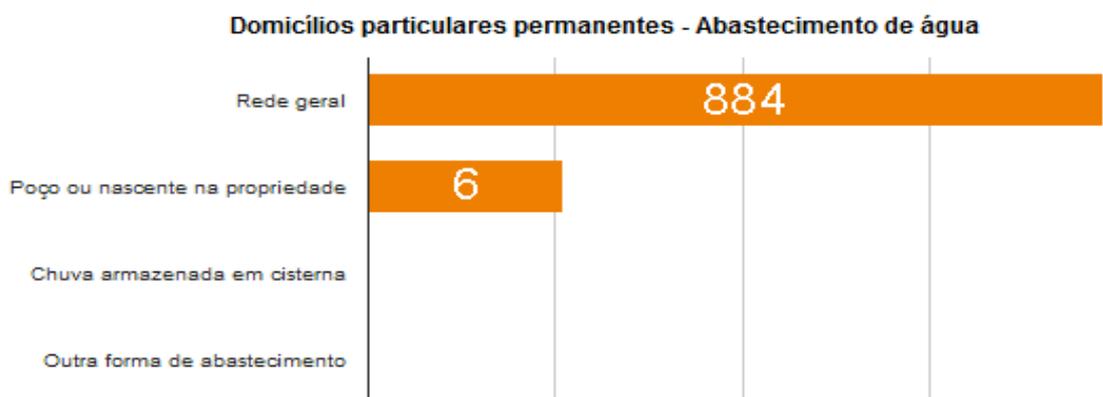


Gráfico 2: Abastecimento de água em Porto das Laranjeiras  
Fonte: IBGE, 2010

O bairro Porto das Laranjeiras faz parte da porcentagem da área urbana que conta com coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário, constituindo 115.503 metros de rede coletora e interceptores, duas estações elevatórias de esgoto e duas estações de tratamento. É importante observar que nem todas as habitações são providas de instalações sanitárias, o Gráfico 3: Domicílios com sanitaria em Porto das Laranjeiras indica que 2 domicílios de Porto das Laranjeiras não possuem banheiro de uso exclusivo dos moradores, número não muito representativo no bairro, 0,1% do total, mas contando com todos do município podem representar grande número de poluidores.

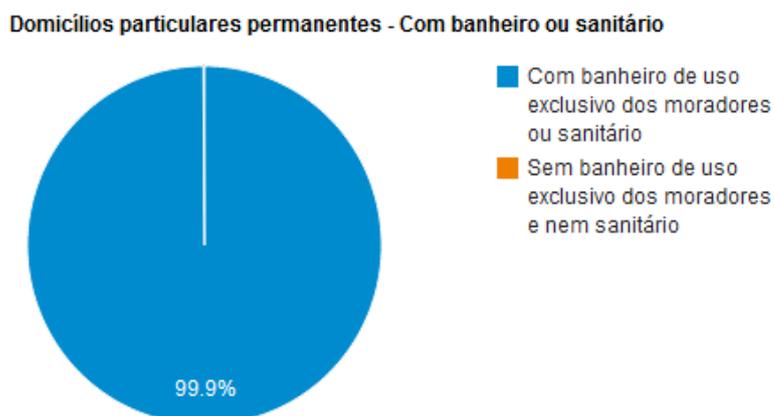


Gráfico 3: Domicílios com sanitaria em Porto das Laranjeiras  
Fonte: IBGE, 2010

O bairro também é alimentado pelo sistema de energia de Araucária que está interligado ao anel elétrico de abastecimento da região metropolitana de Curitiba. A

subestação de Araucária é alimentada com 69kV de Curitiba e atende à demanda do CIAR e aos demais usos do município, com um total de 635 km de cabos e 9.940 postes.

A iluminação pública conta com 9.939 luminárias e cobre quase que na totalidade a área urbana. A prefeitura possui projetos de revitalização da Avenida Independência, com padronização da iluminação pública com o restante das vias arteriais da cidade, previsto para início em 2012.

Os resíduos sólidos são coletados em todo o quadro urbano de Araucária, no Porto das Laranjeiras a coleta acontece três vezes na semana, em dias alternados. A coleta seletiva também ocorre em todo o quadro urbano, sendo realizada uma vez na semana. Todo o material é coletado e encaminhado para um centro de coleta onde há separação e processamento para a venda cujo recurso é revertido para o Fundo Municipal de Meio Ambiente. O Gráfico 4: Destino do Lixo em Porto das Laranjeiras indica os destinos do lixo no bairro, em 5 propriedades a coleta não está sendo feita adequadamente.

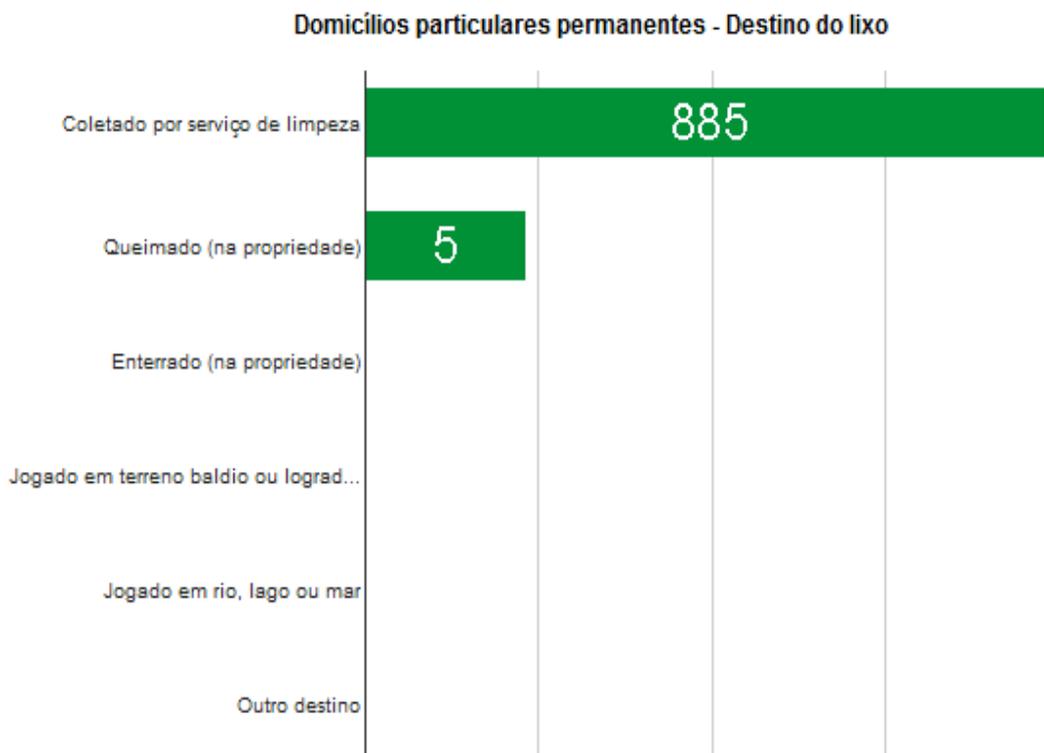


Gráfico 4: Destino do Lixo em Porto das Laranjeiras  
Fonte: IBGE, 2010

Pode-se observar no Mapa 3, mapa de entorno, a hierarquia das vias que circundam o terreno em estudo. A Avenida Independência é considerada uma via

arterial, que, de acordo com a legislação do sistema viário, são assim classificadas as vias urbanas que possuem a função de conduzir o tráfego e de serem os principais eixos de ligação entre as diversas regiões da área urbana do município. E as vias restantes são locais, que são as vias responsáveis, prioritariamente, pelo acesso às atividades urbanas lindeiras e pela condução de veículos em pequenos percursos.

De acordo com a Lei nº 2161/2010, *Dispõe sobre o Sistema Viário do Município de Araucária e dá outras providências*, para as vias locais está prevista largura total de faixa de domínio com 16,00m, sendo 1,00m como largura mínima do passeio para cada lado e 14,00m de pista de rolamento. As vias arteriais, de acordo com a mesma lei, possui 31,00m de largura total de faixa de domínio, com 3,00m de passeio mínimo para cada lado, 23,5m como largura da pista de rolamento, com 1,5m de canteiro central.

O terreno sítio de pesquisa está a 500m da BR-476, conhecida como Rodovia do Xisto, como pode-se observar no Mapa 2, esta rodovia é classificada no caderno de Diretrizes Viárias Metropolitanas como uma Via Expressa. Esse tipo de via abriga o tráfego de longa distância além de conduzir o tráfego intermunicipal da Região Metropolitana de Curitiba. Os acessos às atividades lindeiras são obrigatoriamente efetuados através das vias marginais.

Os usos do solo compatíveis com as funções das vias expressas são as atividades que geram baixa demanda de acessos a pedestres e ciclistas e não comprometem a função principal da via expressa que é a mobilidade. São dessa natureza as atividades ligadas a indústria, serviços, agricultura, atividades extrativistas (mineração), comércio atacadista, terminal de transporte de carga. São incompatíveis com as funções das vias expressas as atividades que provocam a circulação de pedestres, tais como núcleos residenciais (habitação unifamiliar ou coletiva de qualquer tipo), comércio e serviço (vicinal, de bairro ou setorial), comunitário (educacional, hospitalar, assistencial ou institucional). Essas atividades devem ser proibidas de se instalarem ao longo de vias expressas.

Aproximando a análise à quadra em estudo, pelo Mapa 4, pode-se caracterizar a infraestrutura que irá atender diretamente ao terreno de projeto. As vias locais possuem pavimentação primária, sendo apenas a Avenida Independência dotada de pavimentação asfáltica em CBUQ. Em frente aos terrenos residências os proprietários construíram calçadas para pedestres da maneira que acharam mais conveniente, a prefeitura padronizou as calçadas ao longo da Avenida Independência, que deve receber revitalização ainda esse ano, redefinindo essa estrutura. Nos locais onde não há

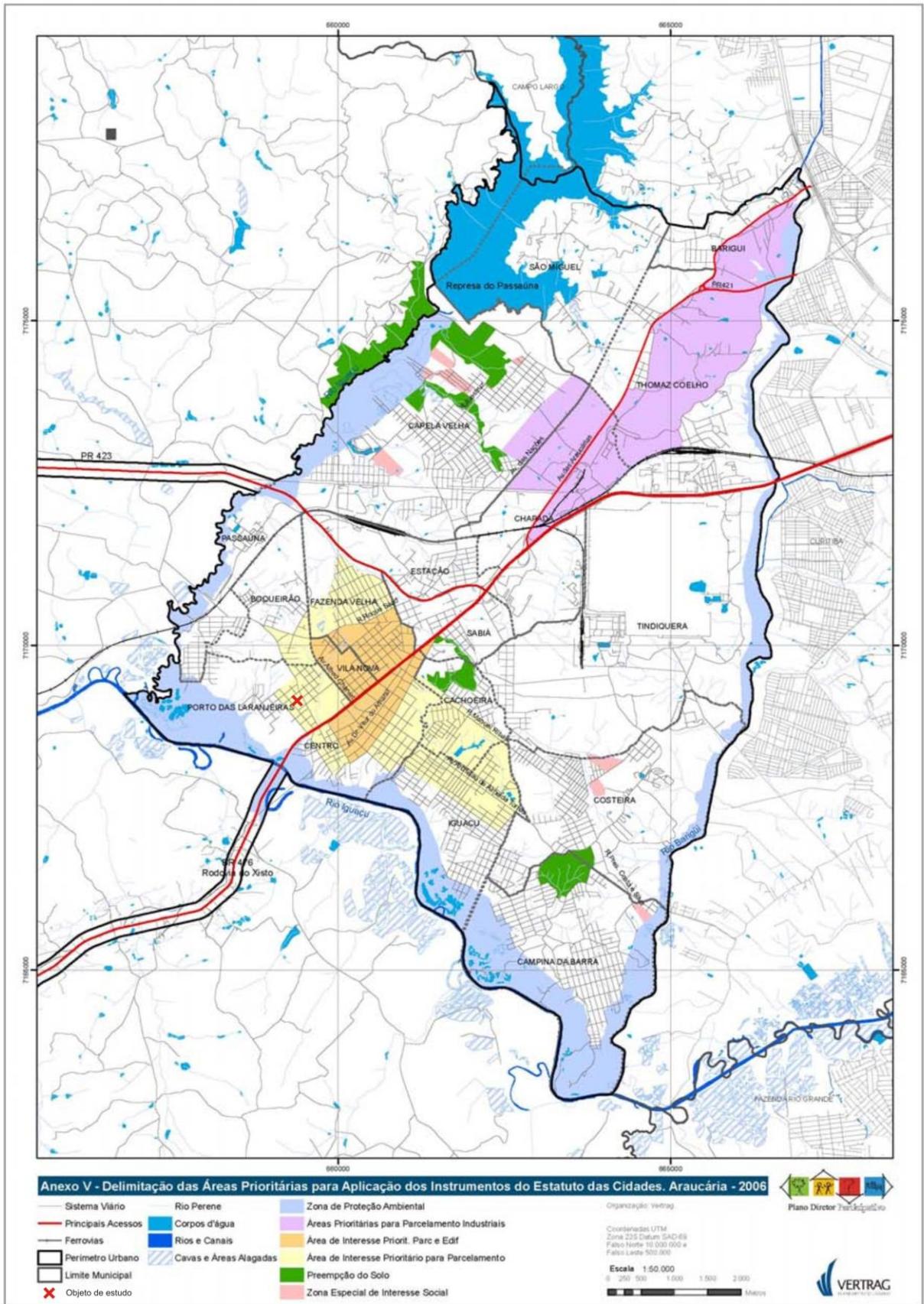
moradias, existe a ausência de vias de pedestres. Não há ciclovias nessa região do bairro, são poucos os locais da cidade que possuem esse tipo de estrutura.

Com relação aos mobiliários urbanos, estão praticamente ausentes no bairro Porto das Laranjeiras em geral, é raro encontrar bancos e lixeiras públicas. Próximo ao local em estudo é possível observar a existência de pontos de ônibus e telefones públicos, sendo um deles na quadra analisada.

### **3.2.5 Uso e Ocupação do Solo**

O terreno, objeto de análise, de acordo com o Plano Diretor Participativo, Lei Municipal 05/06, está situado na Macrozona de Uso Residencial Urbano, aplicado em áreas ocupadas ou com tendência a serem ocupadas pelo uso predominantemente residencial, que apresentam ao longo de específicos eixos viários, tendência para o uso comercial. Seus objetivos estão entre incentivos à densificação do solo em área com infraestrutura e a expansão desta em áreas carentes, valorização, recuperação e preservação de bens sócio-culturais e patrimônio sócio-ambiental, mesclando usos compatíveis em conformidade aos padrões urbanísticos, garantindo a inclusão urbana da população marginalizada e aprimorando o desenho urbano e a paisagem em busca de fortalecimento como centralidade regional e acessibilidade.

No Mapa 8 pode observar-se que o objeto de estudo está inserido no limite implantado pela legislação do Plano Diretor como Área de Interesse Prioritário para Parcelamento, que visa garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, por meio da indução da ocupação de áreas vazias ou subutilizadas. Tem como objetivo “otimizar a ocupação de regiões da cidade dotadas de infraestrutura e equipamentos urbanos, inibindo a expansão urbana na direção de áreas não servidas de infraestrutura, bem como nas áreas ambientalmente frágeis; aumentar a oferta de lotes urbanizados nas regiões já consolidadas da malha urbana; combater o processo de ocupação desordenada e combater a retenção especulativa de imóvel urbano”. Porém, entra em contradição com objetivos do Macrozoneamento no sentido de valorização da paisagem, quando não há indícios de preocupação com qualidade do espaço urbano, não prevendo pontos nodais, marcos e limites no desenho da malha urbana, nem mesmo a indicação de espaços com densa vegetação que pode ser potencialmente explorada com fins de conforto ambiental e espaços de lazer.



Mapa 8: Delimitação das Áreas Prioritárias para Aplicação dos Instrumentos do Estatuto das Cidades  
Fonte: Plano Diretor Participativo | Adaptado pela autora

A área do terreno em análise sempre esteve em área residencial, considerada como Zona Residencial 3, de média densidade nas antigas leis de zoneamento urbano. A partir de 2010, a nova Lei de Zoneamento aboliu as especificações das zonas, tornando apenas zona residencial, considerando os mesmos parâmetros para todas as áreas residenciais do município, desconsiderando as diferenças existentes sobre infraestrutura e capacidade do solo nas diversas regiões da cidade, o que pode gerar maior desgaste de áreas mais frágeis ou subutilização de locais com maior qualidade de habitação.

Os objetivos da Zona Residencial atual são o incentivo à ocupação residencial e de usos comerciais compatíveis, à densificação do solo e ao parcelamento de glebas com uso diferenciado do residencial.

Os parâmetros de uso da Zona Residencial para o objeto de estudo, de acordo com a Lei nº 2.160/10, zoneamento, uso e ocupação do solo do Município de Araucária:

Uso permitido: habitação unifamiliar;

Uso permissível: não há;

Usos proibidos: todos os demais usos.

Os parâmetros de ocupação aplicados ao objeto de estudo, pertencentes à Zona Residencial, segundo a Lei de Zoneamento, uso e ocupação do solo do Município de Araucária, nº 2.160/10:

Lote mínimo: 250,00m<sup>2</sup>

Testada mínima: 10,00m

Coefficiente de aproveitamento mínimo: 5%

Coefficiente de aproveitamento máximo: não há

Altura máxima: 2 pavimentos

Recuo mínimo frontal: 5,00m

Afastamento mínimo das divisas sem abertura: sem afastamento ou 1,00m

Afastamento mínimo das divisas com abertura: 1,50m

Taxa de ocupação máxima: 50%

Taxa de permeabilidade mínima: 25%

O terreno em estudo é atingido pelo Eixo de Comércio e Serviços da Avenida Independência. Esses eixos foram criados em avenidas que possuíam destaque comercial na estrutura viária, com objetivos de indicação de padrões diferenciados para evitar concentração de moradias em vias de fluxo intenso, indução de localização às

atividades comerciais e serviços para otimizar a infraestrutura, concentração das edificações verticais e adequação das vias ao fluxo de pedestres e veículos.

Alguns instrumentos do Estatuto das Cidades podem ser aplicados nesses eixos, como a edificação compulsória, IPTU progressivo no tempo, outorga onerosa do direito de construir, direito de preempção e operações urbanas consorciadas.

Os seguintes parâmetros são aplicados nos Eixos de Comércio e Serviços:

Lote mínimo: 360,00m<sup>2</sup>

Testada mínima: 12,00m

Coeficiente de aproveitamento mínimo: 5%

Coeficiente de aproveitamento máximo: 4

Altura máxima: 6 pavimentos

Recuo mínimo frontal no térreo e 1º pavimento: dispensado

Recuo mínimo frontal para os demais pavimentos: 5,00m

Afastamento mínimo das divisas no térreo e 1º pavimento: dispensado

Afastamento mínimo das divisas para os demais pavimentos: h/6 ou mínimo de 2,50m

Taxa de ocupação máxima no térreo: 75%

Taxa de ocupação para os demais pavimentos: 67%

Taxa de permeabilidade mínima: 20%

Os Eixos de Comércio e Serviço no perímetro urbano, de acordo com a Lei nº 2.160/10, possuem os seguintes usos:

Uso permitido: habitacional, comércio e serviços vicinais, recreação e cultura;

Uso permissível: comércio e serviços gerais e atividades manufatureiras;

Usos proibidos: todos os demais usos.

Em termos de custos de imóveis, foram feitos levantamentos com agentes imobiliários para o desenvolvimento do Plano Diretor em 2006, percebendo que Araucária encaixa-se na mesma formatação da maioria das cidades brasileiras, um decréscimo no valor dos imóveis nos bairros periféricos, respeitando características de cada lote, tais como declividades e infraestrutura. Porto das Laranjeiras, está muito próximo ao Centro, por isso possui maior valorização, com seus preços acima de R\$160,00 por m<sup>2</sup>.

### 3.2.6 Equipamentos Públicos e Espaços Livres

De acordo com o Plano Diretor de Araucária, equipamentos comunitários são aqueles de uso público de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social. O Mapa 2 mostra as distâncias do terreno em análise a esses equipamentos.

A área em estudo está situada em uma região bem atendida por serviços e equipamentos públicos. O Porto das Laranjeiras, não muito populoso, abriga poucos desses equipamentos, porém em um raio de 1 km é capaz de alcançar os serviços além do limite do bairro. A área mais precária é a de lazer, não há espaços destinados a esse fim dentro do bairro, nem mesmo em âmbito privado.

Dentro do raio de 500 metros do terreno, estão todos os edifícios públicos do bairro, no Mapa 2, estão identificados por números os equipamentos que serão citados à seguir.

Na área de educação, há a Escola Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira (1) que atende o ensino fundamental, possui como estrutura uma quadra poliesportiva ao ar livre que pode ser utilizada pela população local nos fins de semana, fora dos horários de atividades da escola.

Na Rua Prof. Kazimieira Szymanski, próximo à Rodovia do Xisto, BR-476, está implantado o Mercado Municipal de Araucária (2), com stands dos produtores da área rural.



Figura 12: Escola Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012



Figura 13: Mercado Municipal  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012

Na marginal da Rodovia do Xisto, apesar das diretrizes da COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, não permitirem essa ocupação, como foi citado no capítulo sobre a infraestrutura urbana, foram instalados 2 equipamentos: o Centro de Treinamento de Ginástica Rítmica (3) e a Secretaria Municipal de Emprego e Trabalho (4).



Figura 14: Centro de Treinamento de Ginástica Rítmica  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012



Figura 15: Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012

Existe um terreno que foi doado para a prefeitura na implantação de um loteamento na década de 70 onde está sendo instalado diversos equipamentos públicos. Três já estão em funcionamento, a creche do bairro (5) está em um edifício já existente, o Centro de Atendimento Especializado à Família (6) e o Centro Operacional de Medidas Sócio Educativas – COMSE que funciona no mesmo edifício do CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social (7). Há outros equipamentos em construção no mesmo local, que ainda não foram identificados pela prefeitura.



Figura 16: Creche do Bairro  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012



Figura 17: Centro de Atendimento Especializado à Família  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012



Figura 18: Comse e Creas  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2012

Para ter acesso a outros equipamentos é preciso se dirigir aos bairros vizinhos. No Boqueirão, estão o Cemitério Novo Municipal e a Unidade Básica de Saúde da regional. No bairro Vila Nova, a menos de 1 km do lote em análise está o aglomerado dos fóruns da cidade. E atravessando a Rodovia do Xisto está o Centro de Araucária, servido de equipamentos de saúde, educação, cemitério, terminal rodoviário e Estádio Municipal.

Em relação aos espaços livres, o território do bairro é pouco ocupado, como é possível perceber na figura 19, existem muitas áreas vazias, de propriedades privadas com grandes extensões que são utilizadas para plantio e criação de animais.



Figura 19: Figura x fundo, bairro Porto das Laraneiras  
Elaboração: a autora

### 3.3 Aspectos Sociais

A partir de 1876, começaram a chegar os primeiro imigrantes poloneses ao município, instalando-se em áreas rurais para se dedicar à agricultura. Em fluxos menores, a cidade recebeu também imigrantes japoneses na década de 50, além de italianos, ucranianos, sírios e alemães em diversos períodos da colonização. Na década de 70, surgiram migrantes de outras regiões do país, atraídos pela industrialização.

O bairro Porto das Laranjeiras é formado por essa mistura de povos, sem predominância de determinada descendência. De acordo com o senso de 2010 do IBGE, o bairro possui 3.018 habitantes distribuídos em 1.026 domicílios, sendo 1.522 homens ou seja, 50,4% e 1.496 mulheres, representando 49,6%.

Os dados a seguir comparam o bairro Porto das Laranjeiras com o bairro Centro e os dados do município. Porto das Laranjeiras possui 3,50 km<sup>2</sup> e uma densidade de 862 hab/km<sup>2</sup>, o Centro tem menor extensão, com 2,66 km<sup>2</sup> e uma maior densidade, 2.125 hab/km<sup>2</sup>.

Os gráficos abaixo representam a composição da população total da cidade de Araucária, comparando-a ao centro e ao Porto das Laranjeiras, a predominância é de população da cor branca, sendo 73,7% do bairro, 84,8% do Centro e 69,8% dos araucarienses, a outra parte sendo formada por negros, amarelos e pardos.

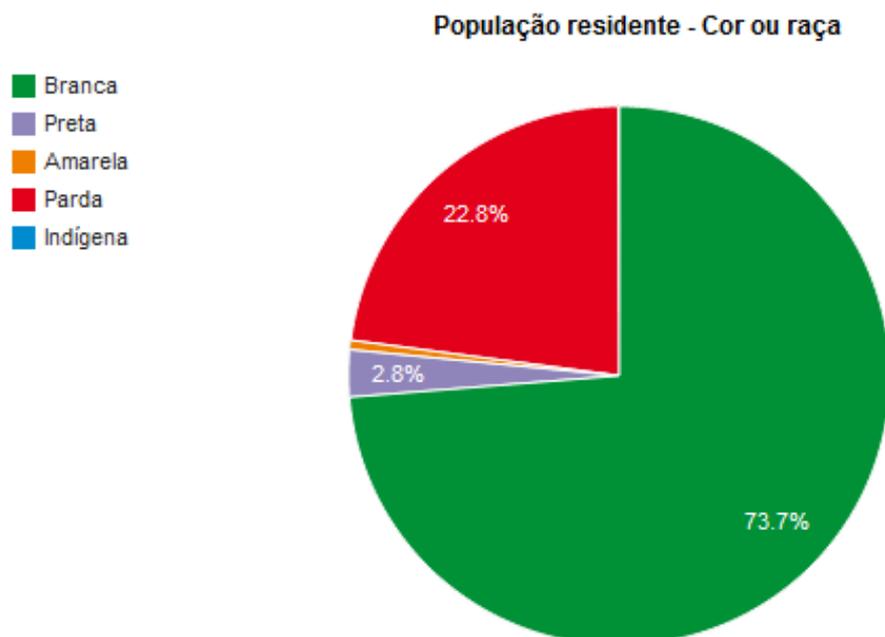


Gráfico 5: Bairro: Porto das Laranjeiras, População Residente  
Fonte: IBGE, 2010

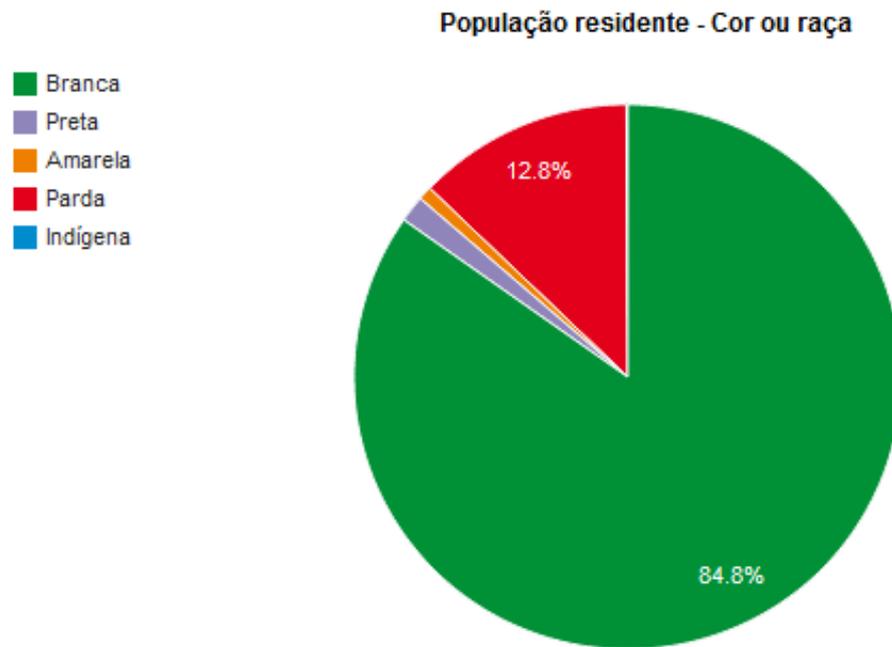


Gráfico 6: Bairro: Centro, População Residente  
Fonte: IBGE, 2010

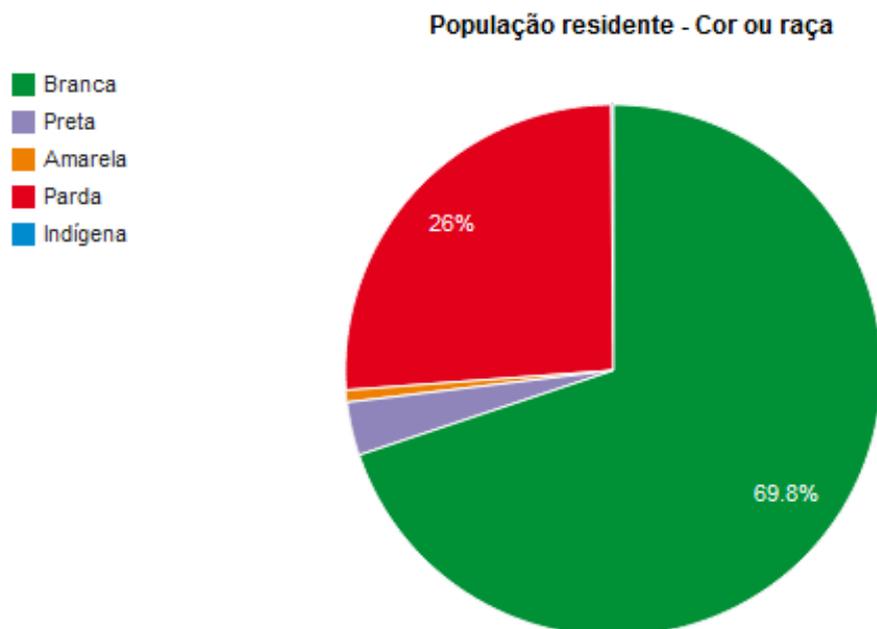


Gráfico 7: Cidade: Araucária, População Residente  
Fonte: IBGE, 2010

As pirâmides etárias a seguir ilustram a idade da população residente do bairro sítio de nossa pesquisa, do centro e da cidade de Araucária. Observa-se que a cidade possui grande número da população entre 10 e 40 anos, com um número pequeno de idosos. No bairro Porto das Laranjeiras, há um significativo número de pessoas entre 25 e 34 anos, com um equilíbrio entre o número de crianças e adultos

e um estreitamento no topo da pirâmide, demonstrando menor número de idosos, com um destaque aos homens de 75 a 79 anos. Características que não diferem dos habitantes do centro da cidade, esses possuem apenas um maior equilíbrio no número de habitantes até os 59 anos. Dessa forma comprova-se que o grupo mais representativo é formado por jovens e adultos, seguido das crianças e por fim os idosos, característica importante para a economia do município e para o planejamento dos espaços públicos.

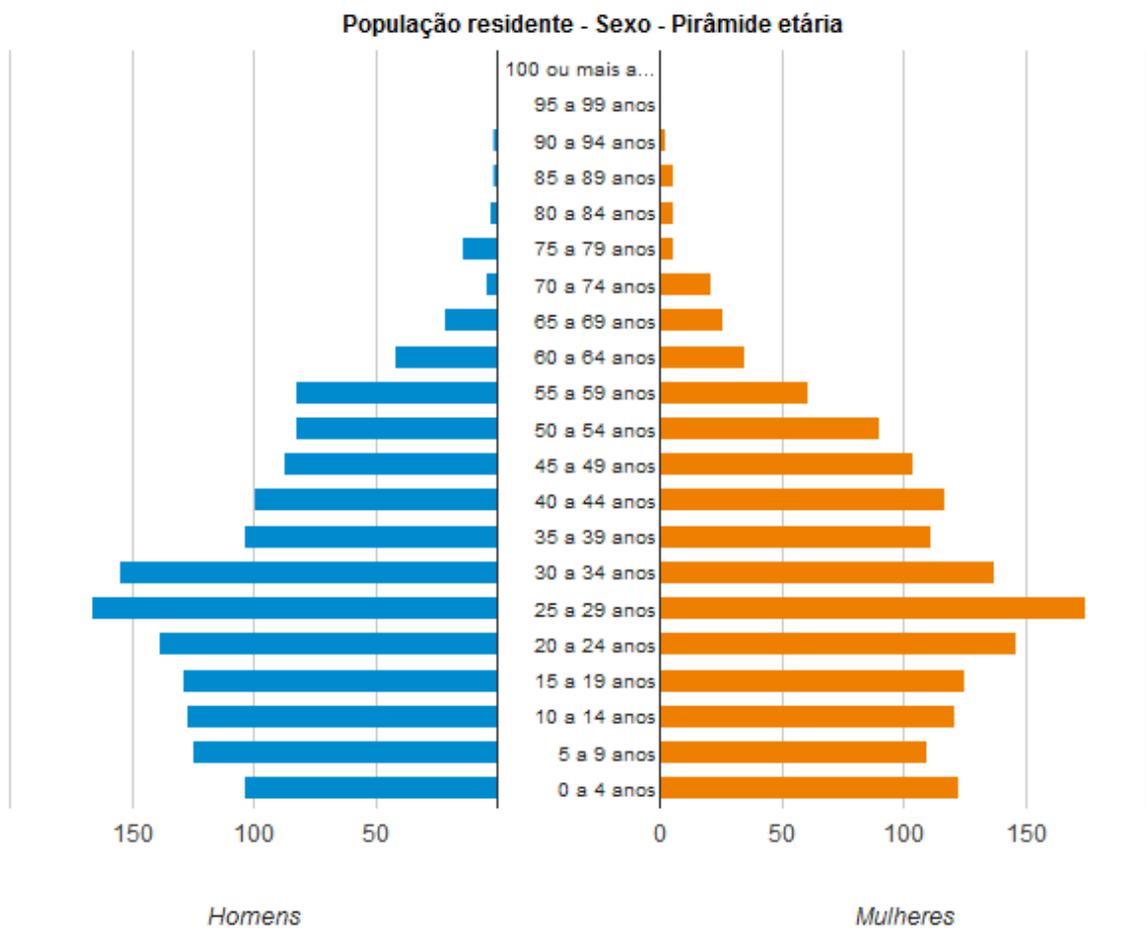


Figura 20: Bairro: Porto das Laranjeiras, Pirâmide Etária  
Fonte: IBGE, 2010

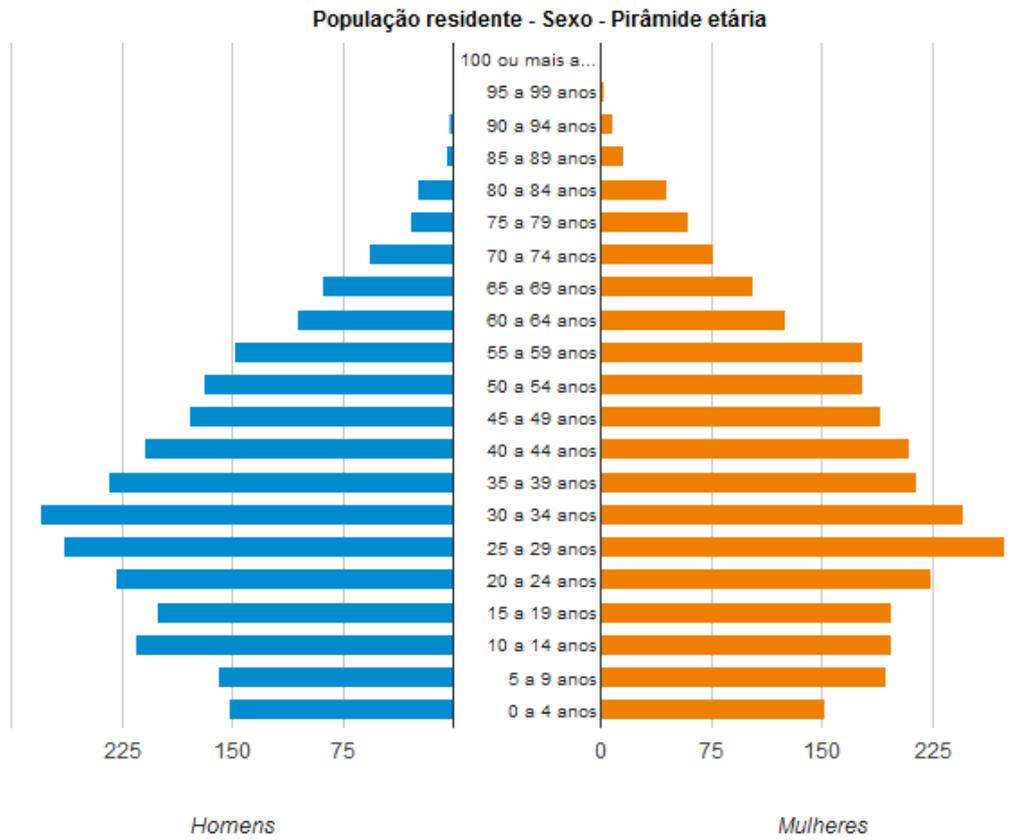


Figura 21: Bairro: Centro, Pirâmide Etária  
Fonte: IBGE, 2010

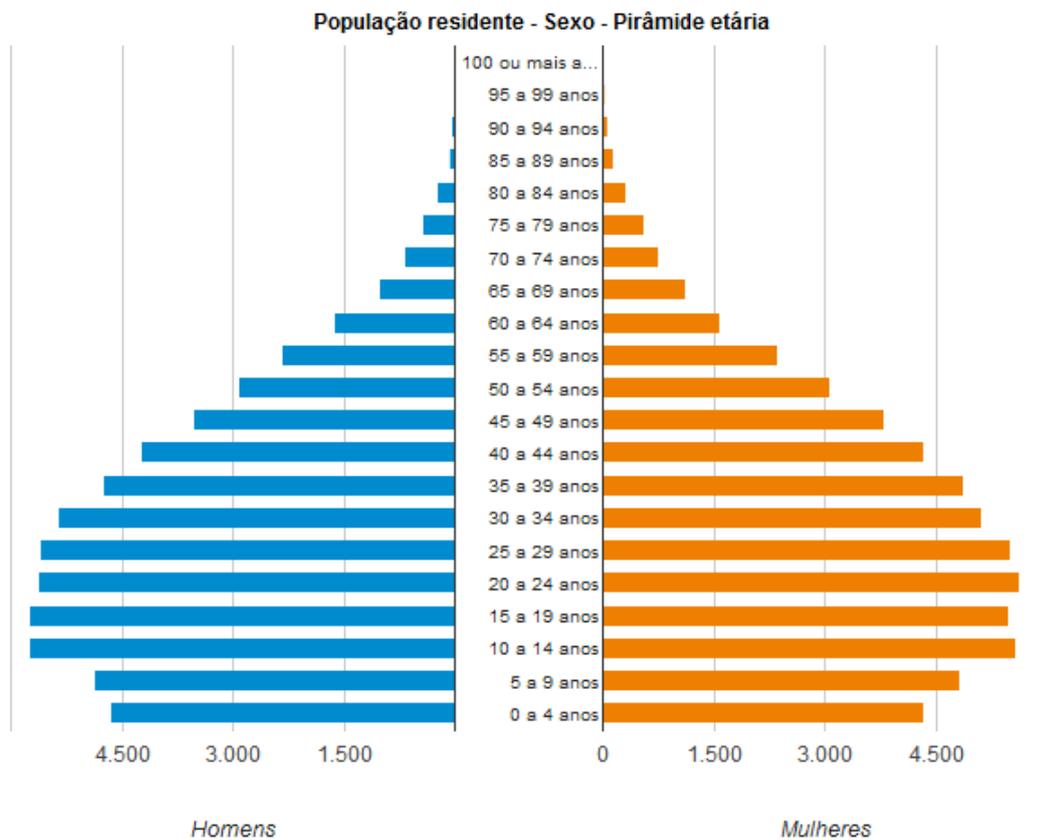


Figura 22: Cidade: Araucária, Pirâmide Etária  
Fonte: IBGE, 2010

A seguir, um gráfico que demonstra o rendimento mensal dos habitantes de Araucária, a população de Porto das Laranjeiras está inserida nos segmentos mais expressivos, com renda entre 3 e 10 salários mínimos, situados na classe média baixa.



Gráfico 8: Cidade: Araucária, Rendimento Mensal  
Fonte: IBGE, 2010

## 4 Estudos de Casos Correlatos

Nesse capítulo serão relatados três projetos de espaços urbanos públicos livres em diferentes contextos. No primeiro, o Parque da Cidade de Lagos, o enfoque está para o seu entorno, dimensão e a presença de monumento histórico. No segundo, Praça Victor Civita em São Paulo, é importante salientar a modificação de uso que aconteceu no ambiente público e a inserção da participação social na gestão do espaço. Por último o Bosque da Fazendinha em Curitiba é um espaço público localizado em uma região residencial e preservando os edifícios existentes abriga diversas atividades com o intuito de atender a população local.

### 4.1 Parque da Cidade, Lagos, Portugal

A cidade de Lagos em Portugal faz parte das 6 freguesias que formam o município de Algarve. Cidade litorânea e histórica, com aproximadamente 22.000 habitantes, tem o turismo como principal fator econômico. Em um bairro predominantemente residencial, os poucos vazios que sobram entre as quadras densamente construídas são utilizados para a criação de espaços públicos.



Figura 23: Ilustração das construções em contraposição às áreas vazias  
Em laranja a muralha e em verde o Parque da Cidade  
Elaboração: a autora

A PROAP, Estudos e Projetos de Arquitetura Paisagística, é uma sociedade com sede na cidade de Lisboa desde 1989, foi escolhida pela Câmara Municipal de Lagos para projetar um espaço público no terreno em que existe partes da construção de uma muralha que envolvia a cidade no século XIX. A PROAP usa como metodologia a decodificação da paisagem, onde o próprio espaço responde

sobre as questões de necessidade e construção, com isso, criam espaços cenários para que os usuários do parque decidam o uso de cada local.



Figura 24: Consolidação do espaço como cenário para a vivência dos moradores  
Fonte: PROAP

O terreno da interferência é uma área de 42.000m<sup>2</sup> que estava vazio, sem funções, esquecido pelo crescimento massivo da cidade, causando problemas para os moradores vizinhos, como o perigo trazido pela escuridão e a vegetação que crescia sem controle.



Figura 25: Delimitação da área do parque em meio as construções  
Fonte: Google Earth | Adaptado pela autora

Nesse projeto, foi mínima a interferência dos autores, foram criados alguns caminhos, com iluminação e mobiliário, que permitem o acesso dos visitantes em todo o terreno. Em meio a grandes áreas de vegetação rasteira, algumas espécies de amendoeiras representam a flora regional e a única nova construção representativa cria um espaço para utilização criativa das crianças (PROAP, 2012).



Figura 26: Em primeiro plano está a área das crianças e a muralha delimitando o parque em contraste com a área densamente construída e o oceano.  
Fonte: PROAP

Um ponto importante dessa interferência foi a iluminação total da muralha que delimita o espaço público, além de atrair as pessoas, foi uma pequena intervenção que oferece mais segurança para os vizinhos desse importante elemento histórico, dando-lhe maior valor em uma área onde já não era bem visto.



Figura 27: A muralha como protagonista do espaço datada do século XIX  
Fonte: PROAP

Como referência pode-se destacar desse projeto a valorização que uma área pode ter com a simples interferência, apenas a criação do parque com a construção de poucos elementos foi capaz de mudar a visão dos moradores dessa área para aquele espaço. Construções históricas, mesmo sem uso, podem trazer novas experiências pessoais e resgatar a memória coletiva do local.

#### **4.2 Praça Victor Civita, Bairro Pinheiros, São Paulo**

O segundo estudo de caso é a Praça Victor Civita, um espaço público realizado em terreno com área de 13.648m<sup>2</sup>, localizado em um bairro nobre da cidade de São Paulo, Pinheiros. Próximo à Avenida Pinheiros e ilhado entre meandros de grandes lotes que abrigam edifícios públicos. Existiu ali, entre os anos de 1949 e 1989, um incinerador de lixo onde funcionava um centro de processamento de resíduos domiciliares, industriais e hospitalares.

Mesmo desatualizado, esse lugar continuava poluindo a região, porém uma intervenção nesse espaço com grande prejuízo ecológico carece de muitos recursos financeiros. A saída que a prefeitura de São Paulo encontrou em 2001, foi criar uma parceria público x privada para investir na área. Assim, juntamente com a Editora Abril, que tem sua sede instalada próximo do local e estava promovendo uma homenagem ao centenário de Victor Civita (fundador da Abril) fomentou a transformação do espaço que antes incomodava a vizinhança e hoje faz parte da rotina de seus visitantes.

Com a preocupação ambiental em foco, a poluição do solo foi a principal condicionante de todo o desenvolvimento do projeto, dessa forma, o escritório Levisky Arquitetos Associados criou um grande deck cortando o terreno na diagonal, para privar o contato dos usuários com o solo contaminado. A partir desse grande eixo foram instalados os equipamentos pertencentes ao programa. Vale resaltar a reciclagem realizada nos prédios existentes, o edifício do incinerador foi transformado em Museu da Sustentabilidade, que abriga uma exposição sobre o histórico do local e o lixo na cidade de São Paulo.



Figura 28: Reciclagem de um edifício existente, Centro de Informação, Integração e Preparação para o envelhecimento da praça  
Fonte: ArcoWeb

O projeto de paisagismo foi realizado por Benedito Abbud. Antes de iniciar os croquis, teve a preocupação de conversar com a população residente do entorno, constatando o desejo da maioria na criação de um ambiente público nesse local. Com o subtítulo de “espaço aberto da sustentabilidade”, esse local foi idealizado como um laboratório modelo de metodologias de ação em relação à difusão de pesquisas e iniciativas sustentáveis em diferentes segmentos. Dessa maneira, a arquitetura paisagística procurou temas como etanol e biocombustíveis, fitoterapia, alimentos orgânicos, hidroponia, flora original paulistana e plantio de culturas como soja, milho e algodão, assim como problemas urbanos como ilhas de calor, eficiência energética e termoacústica. No percurso do usuário estão espalhados totens informativos sobre as tecnologias utilizadas na infraestrutura da praça e sobre conceitos de sustentabilidade.



Figura 29: Informativos sobre as infraestruturas e sustentabilidade podem ser encontrados nos espaços da praça.  
Fonte: ArcoWeb

Uma característica interessante desse local é a criação de um órgão gestor após a conclusão da instalação da praça. A Associação Amigos da Praça Victor Civita é mantida pelos moradores e usuários do mesmo, com o intuito de manter o espaço físico e vital através de uma programação sociocultural. Entre as atividades desenvolvidas na praça estão yoga, aulas de educação ambiental e apresentações musicais no palco com capacidade para 250 espectadores.



Figura 30: Ao fundo, no lado esquerdo o edifício do antigo incinerador, mais a frente o palco, com estrutura de camarins para as apresentações e a arquibancada para 250 espectadores  
Fonte: ArcoWeb

Uma grande área de bosque é mantida para revitalização do solo, onde são feitas investigações da qualidade do solo e das águas subterrâneas. A criação desse espaço acontece como uma fase intermediária da história do local, antigamente tinha uma função que trouxe sérios prejuízos ambientais, hoje atua como espaço de educação ambiental e requalificação dos recursos para que recupere a qualidade de um espaço habitável no ambiente urbano.



Figura 31: Horta mantida pelas crianças que frequentam os programas ambientais  
Fonte: ArcoWeb

Esse projeto mostra novamente a importância de manter as construções históricas como resgate da memória dos locais de interferência e, principalmente, a participação da sociedade como decisora na implantação dos espaços públicos. Os moradores atuando como gestores do espaço é, nesse caso, responsável pelo sucesso do desenvolvimento do projeto, que encontra-se em fase intermediária, tendo como objetivo o resgate da área em nível ambiental.

### 4.3 Bosque da Fazendinha, Curitiba



Figura 32: Imagem aérea de localização  
Fonte: Google Earth, 2012

O estudo de caso local é o Bosque da Fazendinha, situado no bairro em que leva o nome, na cidade de Curitiba. O Fazendinha está localizado na região sudoeste de Curitiba e era utilizado pelos tropeiros como trajetória para os Campos Gerais. Foi colonizado pela família Klemtz que possuía uma olaria. As edificações dessa fábrica foram conservadas e nesse espaço foi criado, em 1995, o Bosque da Fazendinha, com uma área aproximada de 73.000m<sup>2</sup>, para preservar a história local e a vegetação remanescente existente (PARQUES E PRAÇAS DE CURITIBA, 2012).

Pela Figura 32 é possível perceber que está situado em uma região predominantemente residencial, principalmente pela presença dos edifícios em condomínios.



Figura 33: Portal de entrada do bosque  
Fonte: site Parques e Praças de Curitiba



Figura 34: Casa da família Klemtz restaurada  
Fonte: site Parques e Praças de Curitiba

É um espaço realizado para atender a população local, possui palco ao ar livre, canchas esportivas, churrasqueiras, trilha ecológica, mirante, o Liceu das Artes e ocupa os barracões da antiga olaria e a Casa Klemtz, que foi restaurada.



Figura 35: Portal de acesso à trilha ecológica  
Fonte: site Parques e Praças de Curitiba



Figura 36: Churrasqueiras e Playground Infantil  
Fonte: site Parques e Praças de Curitiba

Ao conhecer o bosque percebe-se uma nítida relação com o espaço público que pretende-se instituir em Araucária, principalmente com relação ao histórico do local. A conservação e utilização das edificações existentes pelos moradores demonstram a importância do espaço para a manutenção da identidade daquela região.

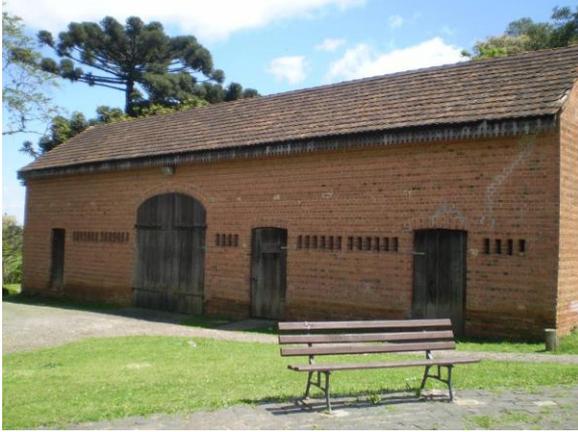


Figura 37: Edificação da antiga olaria  
Fonte: site Parques e Praças de Curitiba



Figura 38: Nova edificação em harmonia com a existente  
Fonte: site Parques e Praças de Curitiba

A Figura 39 faz uma síntese dos estudos de casos correlatos já apresentados, em comparação com o terreno do objeto de estudo.

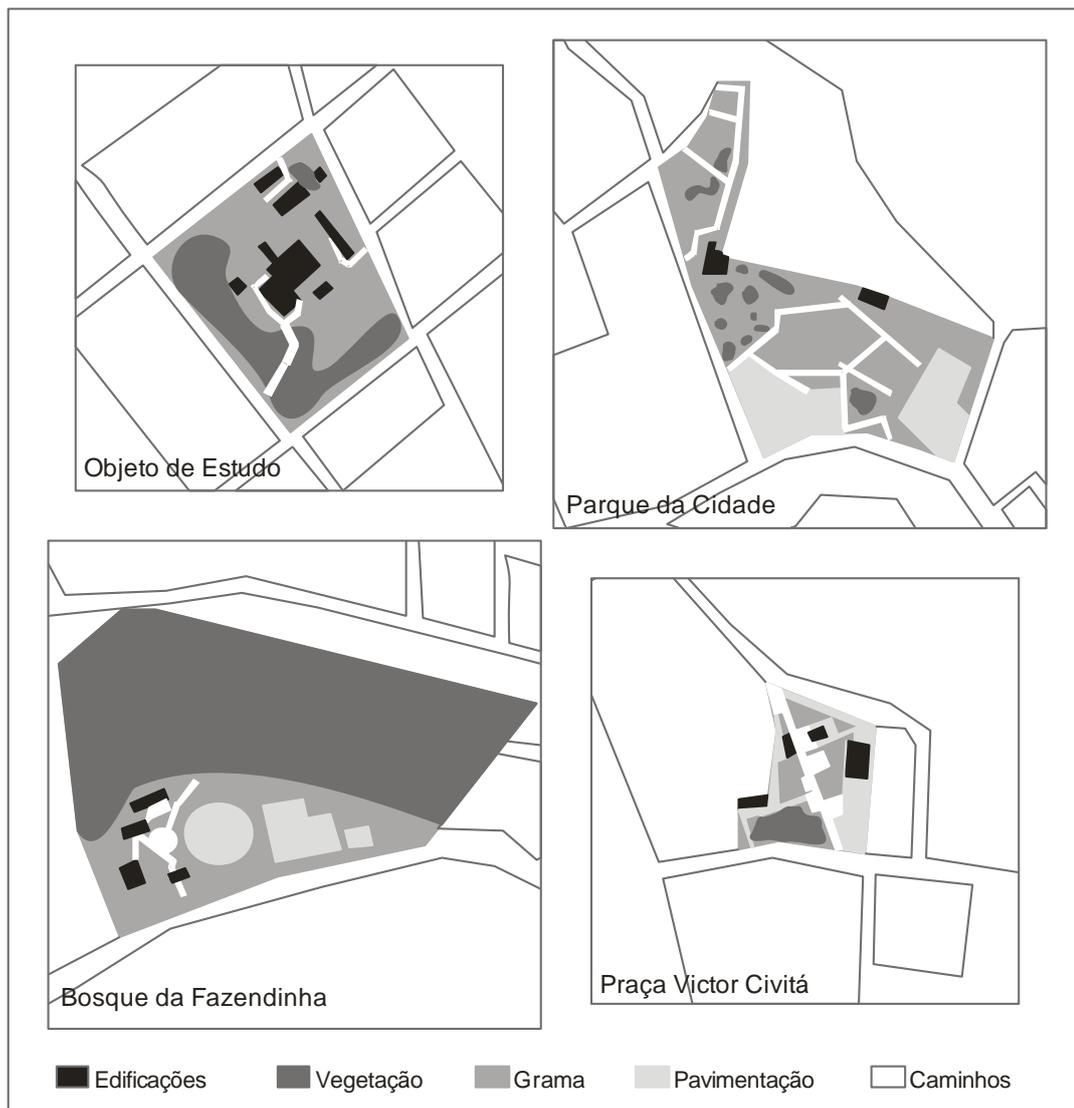


Figura 39: Síntese dos Estudos de caso  
Elaboração: a autora

“A morfologia da paisagem é resultante da interação entre a lógica própria dos processos do suporte (sistemas geológico e climático) e a lógica própria dos processos sociais e culturais (antrópica)” (MAGNOLI, 2006).

A relação de figura e fundo evidencia a interação que Miranda M. Magnoli comenta na frase acima. Os três exemplos apresentam maneiras diferentes de intervenção do homem na paisagem, transformando, adequando-se ou respeitando o espaço ocupado pela vegetação.

Também é importante destacar a preservação dos edifícios existentes em todos esses projetos, dos antigos usos que os locais possuíam, o homem é capaz de reconhecer sua existência social, como ser histórico, através do patrimônio e da natureza humanizada.

Ao analisar esses três casos, é possível perceber que diferentes configurações físicas podem acarretar diversas oportunidades e variados usos dos espaços planejados. Cada área não precisa ser delimitada e adequada a determinado uso exclusivo, um bom desenho é aquele que proporciona múltiplos usos pelo mais diversificado público em um mesmo local.

## 5 Participação Social

Uma forma de inserir a população no planejamento de um espaço público é compreendendo a maneira como cada um entende o espaço e qual sua opinião sobre aspectos físicos e sociais de determinado local. Dessa maneira, foi realizada uma pesquisa através de um questionário para conhecer o modo como os moradores do Porto das Laranjeiras se relacionam com o objeto de estudo. A seguir, o modelo do questionário aplicado e uma síntese das respostas obtidas.

A pesquisa foi realizada ao longo de 10 dias, o objetivo era aplicar 70 questionários a fim de atingir 10% das edificações existentes dentro do perímetro do bairro. Para isso foram utilizados diferentes métodos tentando alcançar o mais diversificado público. Primeiramente 25 questionários foram distribuídos que poderiam ser respondidos e devolvidos posteriormente. No comércio foram entregues 10 questionários ao longo da Avenida Independência, onde está a maior concentração de lojas da região, desses apenas 4 retornaram. Na escola Juscelino Kubitschek, uma professora respondeu 1 questionário. Outros 2, por um pastor da igreja localizada ao lado do terreno de análise e um funcionário público do INSS. E 12 questionários foram deixados em algumas residências, espalhadas por todo o bairro e em níveis de renda alto e baixo. Essa foi a forma de pesquisa mais complicada, as pessoas não tinham interesse em saber qual era o objetivo, e em muitas casas simplesmente não atenderam, por isso o baixo número de questionários. Dentre os entregues, obteve-se resposta de apenas 3. A maior dificuldade foi encontrar pessoas dispostas a participar da pesquisa e que devolvessem o questionário devidamente respondido. Esse método totalizou 10 questionários.

Para atingir as pessoas de renda média, que estão entre a maioria da população desse bairro, foram enviados 25 questionários por e-mail. Esse foi o método com o melhor retorno, 23 moradores responderam no tempo estipulado. Assim, é possível perceber a influência da tecnologia na vida das pessoas. Se fosse possível tomar partido disso para melhorar o alcance da pesquisa, provavelmente o retorno seria melhor e a veracidade dos resultados mais precisa.

Devido a existência de duas escolas próximas ao objeto de estudo, 5 estudantes que estavam passando pelo local à caminho da escola foram

entrevistados, dessa forma os adolescentes também foram atingidos. Crianças abaixo de 12 anos não foram encontradas.

Desse modo, obteve-se o resultado de 38 questionários, atingindo 5,48% das edificações do bairro. Por se tratar de uma pesquisa acadêmica, é visto como um teste essa maneira de inserir a participação dos moradores nas decisões de planejamento da paisagem. É um ponto positivo, pois o primeiro desafio é encontrar profissionais que estejam disponíveis a desenvolver projetos com a população e comunidades que acreditam na possibilidade da participação social.

O público atingido tem faixa etária entre 12 e 55 anos, divididos entre 57,1% homens e 42,9% mulheres. O Gráfico 9 indica a proporção entre a relação dos entrevistados com o bairro, sendo 13,16% estudantes, 18,42% trabalhadores e 68,42% moradores do Porto das Laranjeiras.

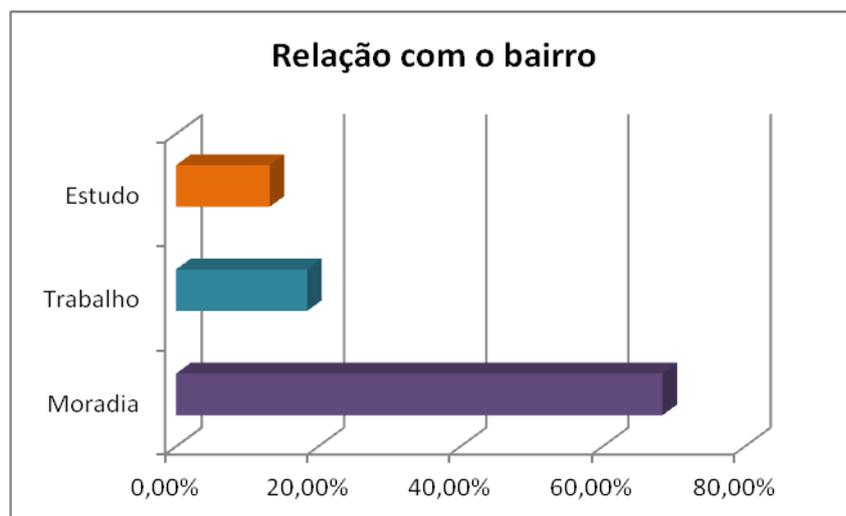


Gráfico 9: Relação com o bairro  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

### 5.1 Síntese das questões

Como resultado dos questionários, foi possível perceber que a população moradora e frequentadora da região do local de estudo reconhece o objeto facilmente e sente-se incomodada com a situação precária que o terreno se encontra.

Os moradores entrevistados estão divididos igualmente entre nascidos em Araucária e vindos de outras cidades do estado. Entre os araucarienses, metade veio de outros lugares da cidade para morar no bairro entre 20 e 30 anos atrás.

Assim, percebe-se que há uma heterogeneidade que não pode ser reconhecida sem a pesquisa, apenas como moradora da região, o bairro tem aspecto de ser ocupado, na maioria, por antigos moradores. Porém, pelas respostas a seguir, é evidente o interesse comum entre as pessoas que participaram da pesquisa.

Ao mostrar as fotos do local e das edificações existentes, a primeira lembrança que as pessoas entrevistadas possuem da área, na maioria das vezes tem relação com a antiga cogumeleira, alguns comentam sobre o cheiro característico que a produção exalava, outros lembram-se de consumir muito o produto naquela época. Também foi comentado sobre a infância, algumas pessoas tem lembranças boas da infância no bairro calmo, era possível andar de bicicleta e soltar pipa nesse terreno, às vezes fugir dos cachorros. Mas também teve observações de ter sido uma área perigosa pelo excesso de vegetação e a escuridão do local.

O Gráfico 10 mostra as principais lembranças dos entrevistados, além dos citados está a presença abundante de lixo e a tranquilidade do local.

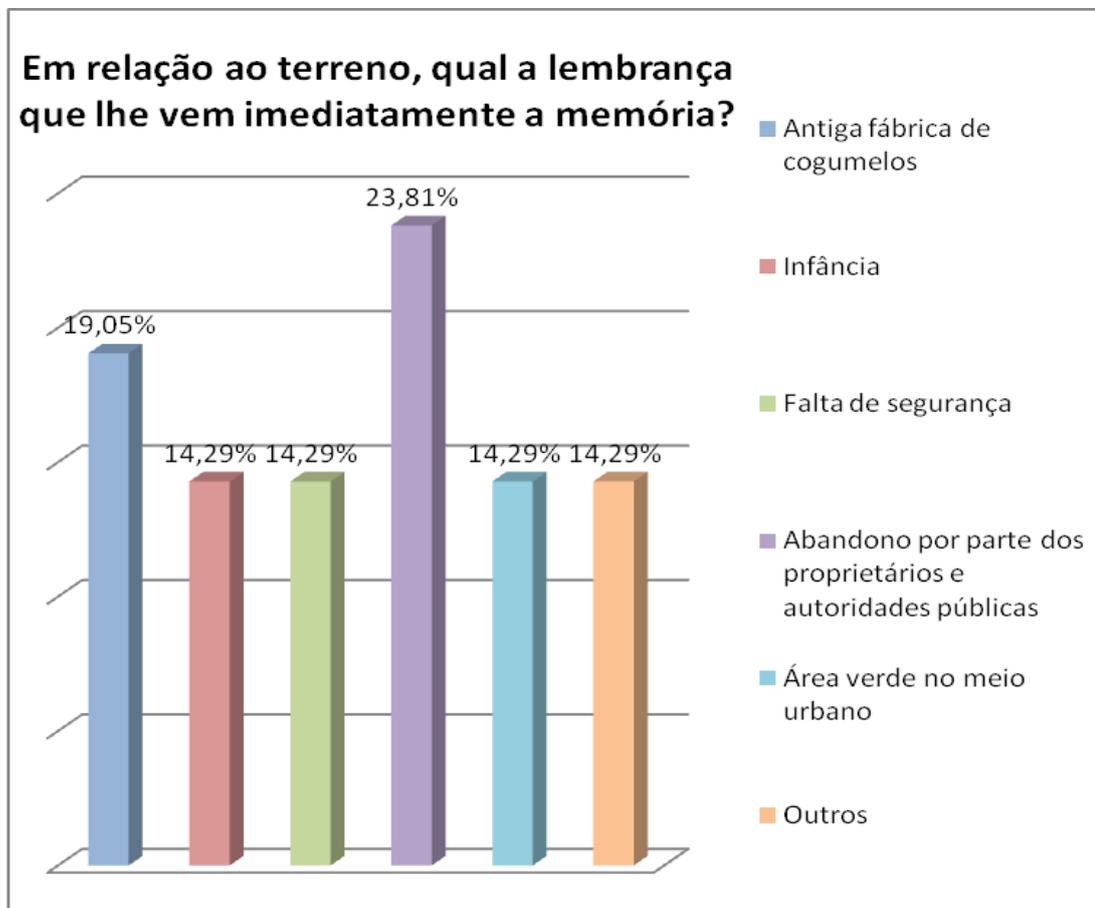


Gráfico 10: Síntese da questão 1  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

A segunda questão foi em relação à segurança, poucas pessoas se mostraram indiferentes ou sem dados que indiquem a falta desta no local. A maioria se colocou muito insatisfeito, comentando sobre a falta de iluminação, o problema com a vegetação e a falta da poda destas e também sobre o abandono das edificações e do terreno com possíveis invasões.

O gráfico a seguir mostra a insatisfação dos entrevistados com relação à segurança do local.

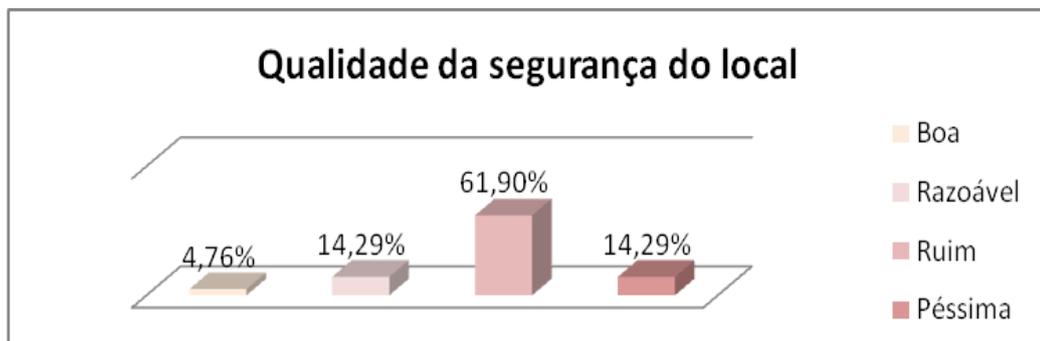


Gráfico 11: Síntese da questão 2  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

Os gráficos 12 e 13 nos mostram os itens citados entre as qualidades e deficiências do local. Características muito relevantes para o programa e desenvolvimento do projeto do espaço livre público, pois deve-se minimizar os problemas apontados e valorizar o que os entrevistados apreciam.

É importante ressaltar a citação da presença de vegetação como qualidade e deficiência do local. Muitas vezes vista como uma qualidade do bairro, a área verde em abundância pode ser um incômodo para alguns entrevistados, causadora de insegurança e proliferação de insetos na região. Porém, é curioso o resultado da última questão, quando perguntado se essa vegetação deve ser preservada, 57,14% dos entrevistados dizem que sim, como está indicado no Gráfico 19.

Ao listar os aspectos positivos o assunto mais citado está a localização do terreno em relação à centralidade no bairro e sua proximidade com o centro da cidade de Araucária, sendo assim, a facilidade de acesso pelas pessoas por se tratar de uma quadra, com vias nos quatro lados do terreno e o transporte público existente nessa região. O bairro residencial e tranquilo é bem valorizado, a dimensão do terreno é um facilitador na utilização deste. Também foi comentado sobre a qualidade de infraestrutura das ruas ao redor, assim como sobre a obra que

está sendo executada na Avenida Independência para a melhoria das calçadas e a troca da iluminação pública e também a presença de alguns animais nesse meio urbano.

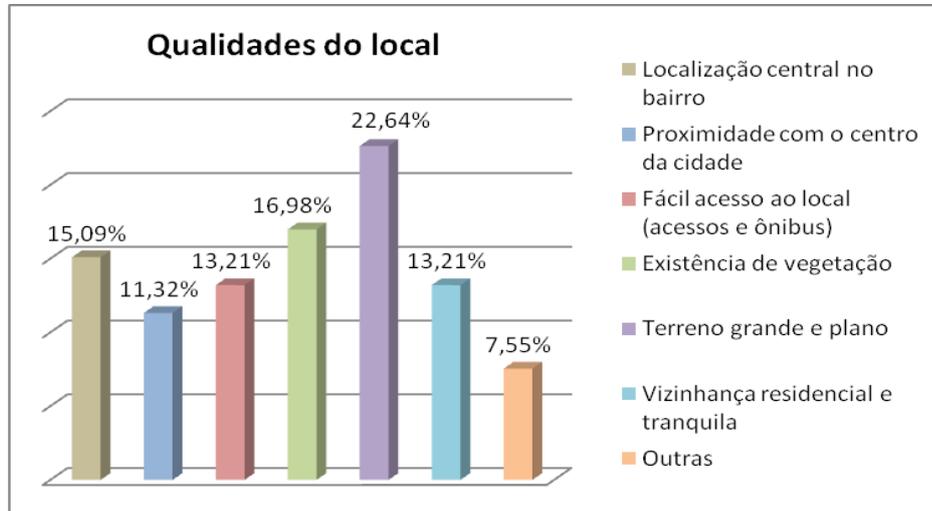


Gráfico 12: Síntese da questão 3  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

Entre os aspectos negativos, a maior reclamação está na falta de segurança, como já foi comentado, o despejo de lixo pelos moradores no terreno abandonado, a baixa qualidade da iluminação pública e das calçadas (fator que talvez esteja sendo resolvido com a obra iniciada a pouco tempo pela prefeitura na Avenida Independência). Alguns entrevistados comentaram sobre o abandono do terreno e das edificações existentes, muitas vezes utilizados para fins não adequados, a proliferação de insetos e a possível invasão de algumas famílias.

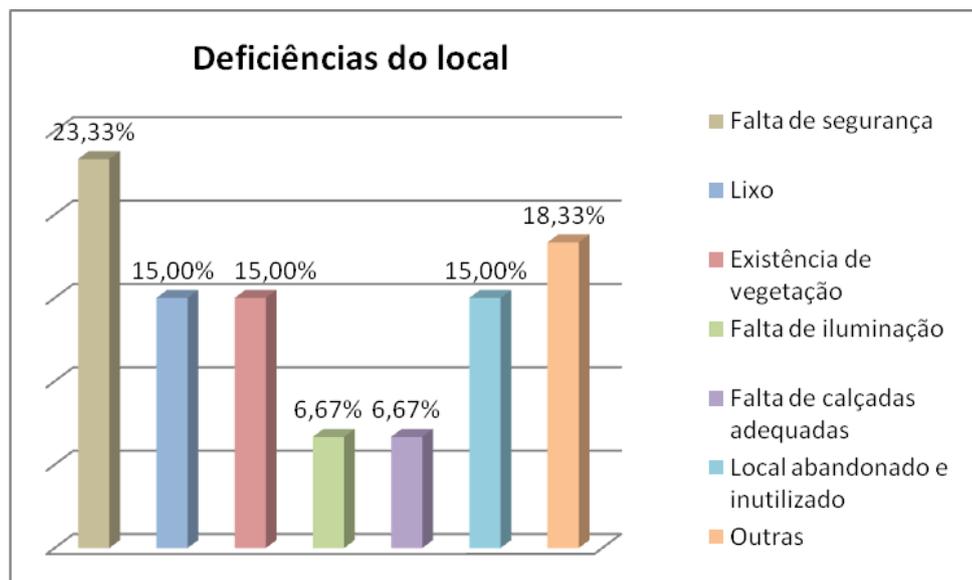


Gráfico 13: Síntese da questão 4  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

A questão de mobilidade é um fator externo relevante para conhecer como os frequentadores da região transitam pelo local. O projeto de paisagismo pode atrapalhar ou influenciar o percurso desses frequentadores. Por isso, é fundamental conhecer os meios de transporte mais utilizados. A bicicleta é um modal pouco visto nas proximidades do terreno, provavelmente mais usado como lazer pelas pessoas, por não ter sido citada em nenhuma das questões a seguir.

No bairro Porto das Laranjeiras, as pessoas tem costume de fazer suas atividades a pé, de carro ou de moto. Quando se locomovem para outros lugares da cidade, mesmo mencionando como um aspecto positivo (a proximidade deste local com o centro de Araucária) um modal muito utilizado é o carro. Os gráficos a seguir mostram a relação desses cinco modais em cada questão.

Qual meio de transporte você utiliza para se locomover dentro do bairro?

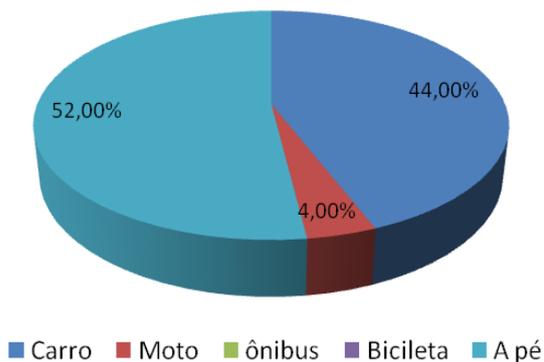


Gráfico 14: Síntese da questão 5  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

Qual meio de transporte você utiliza para ir a outros lugares da cidade?

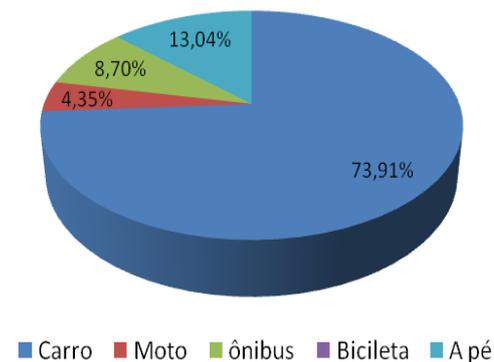


Gráfico 15: Síntese da questão 6  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

Ao falar especificamente sobre a questão da implantação de um espaço público no local, os entrevistados foram interrogados do que deveria ser feito. A maioria prevê um parque ou praça como a melhor solução para a boa ocupação e minimização dos problemas encontrados, com áreas de esporte e lazer. Escolas, creches, centro de convenções e comércio também foram citados, assim como biblioteca, centro de pesquisa e estudos.

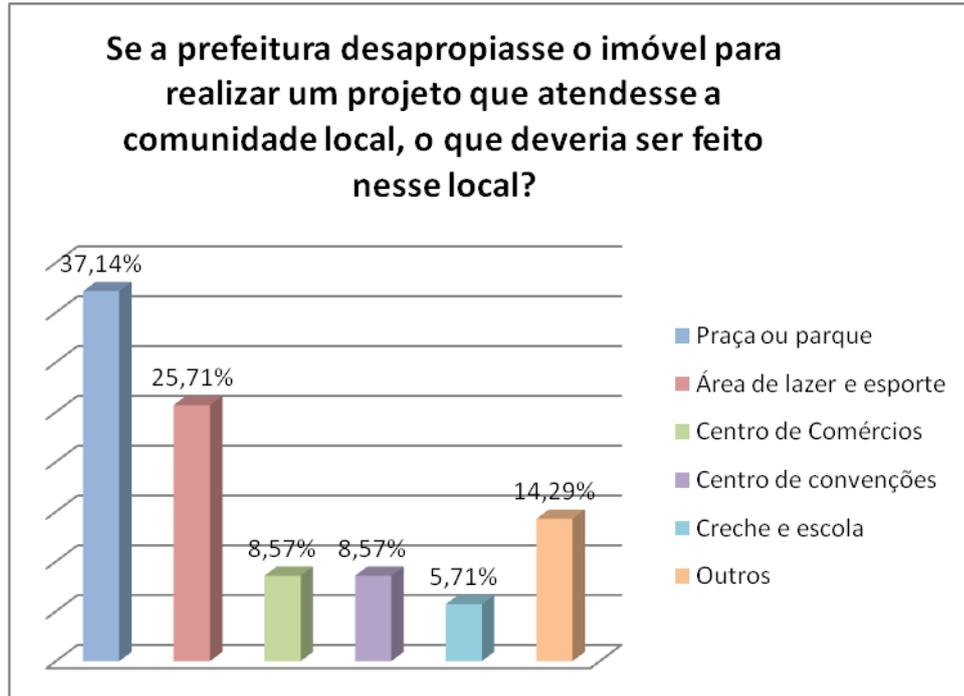


Gráfico 16: Síntese da questão 7  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

Como programa adequado para este espaço público - que faria com que as pessoas frequentassem o local - foram citados atividades de esporte, lazer e educação. O Gráfico 17 relaciona essas atividades. Entre outros, foram contabilizados os entrevistados que não responderam essa questão ou que não frequentariam o local.

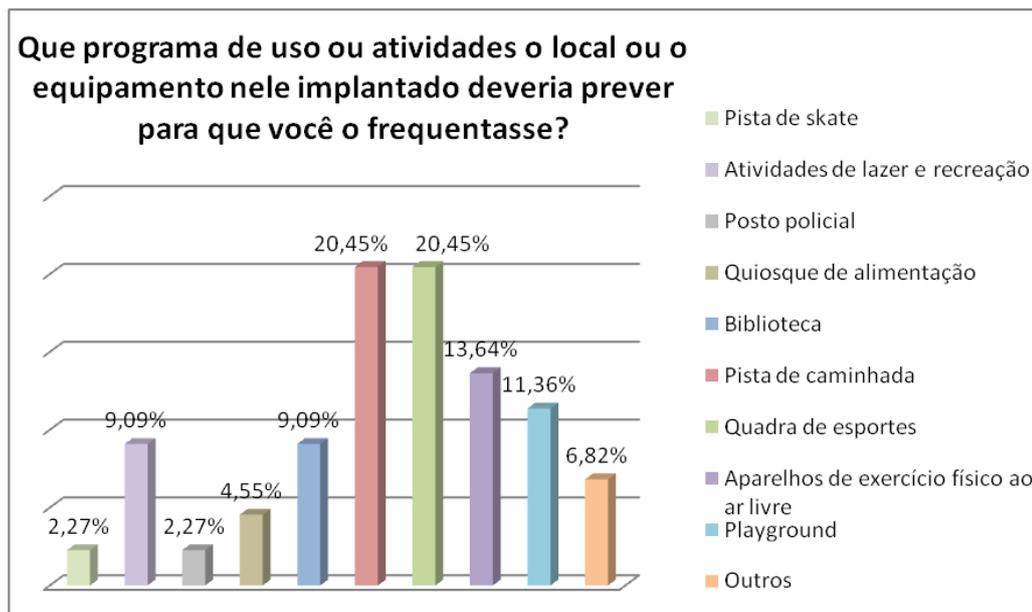


Gráfico 17: Síntese da questão 8  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

As últimas questões estão relacionadas à preservação dos elementos existentes no terreno, a opinião da maioria dos entrevistados é que devem ser mantidas as edificações da antiga cogumeleira e a vegetação existente no local. Os gráficos a seguir mostram a porcentagem de pessoas que apoiam a preservação de ambos.

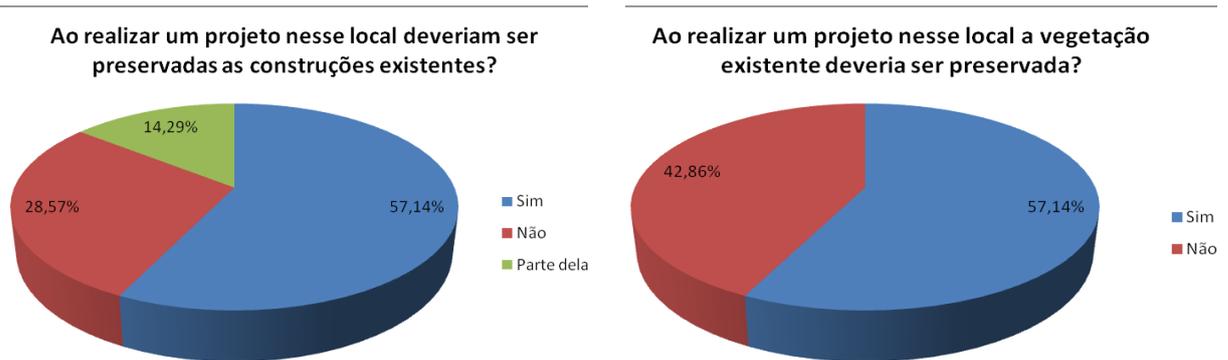


Gráfico 18: Síntese da questão 9  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

Gráfico 19: Síntese da questão 10  
Fonte: questionário aplicado em setembro/2012

Como conclusão dos questionários aplicados é perceptível a preocupação dos entrevistados com a região e a melhoria do local de estudo. A criação de um espaço livre público seria muito bem recebida nesse bairro, com a melhor utilização das edificações existentes no terreno e adequabilidade da vegetação seria possível modificar a paisagem para maior satisfação dos frequentadores desse espaço.

Com relação ao método de pesquisa, os resultados foram satisfatórios. Apesar da dificuldade de aplicação, os questionários mostram que há uma compatibilidade entre o planejado para o espaço e o interesse dos frequentadores e moradores dessa região. Além do perceptível interesse das pessoas em participar das possíveis transformações do local em que habitam.

Um possível retorno dos resultados dessa pesquisa e diretrizes do projeto para os participantes da pesquisa poderia proporcionar o incentivo da busca do direito à maior participação no planejamento, desenvolvimento de projetos e gestão do espaço entre os moradores de Araucária.

## 6 Considerações finais

Em meio às sociedades atuais, é cada vez mais importante a propagação de canais que possibilitam a realização de atividades participativas. Mesmo com a aplicação do Estatuto das Cidades ainda são poucas as experiências encontradas com a inclusão da participação social. Uma dificuldade enfrentada é a escassez de metodologias comprovadas para processos participativos - um processo constante de desenvolvimento e aprendizagem. Pesquisas e projetos realizados nessa área são capazes de incentivar essa forma de diálogo entre o poder público e a população.

Segundo o arquiteto e sociólogo Mario Robirosa, todo processo de planejamento urbano e de paisagem deve levar em conta a participação social, tanto pela multidisciplinaridade com a qual o projeto deve ser desenvolvido, quanto na apresentação e discussão do mesmo com a sociedade, com o devido cuidado com a metodologia utilizada para possibilitar o intercâmbio de informações entre a equipe que planeja e as pessoas beneficiárias do plano ou do projeto.

Partindo-se do princípio de que as sociedades organizam seus territórios em função de suas necessidades e valores, discutir a paisagem é reconhecer, antecipadamente, como as sociedades são vistas, ou seja, qual a identidade de um determinado grupo ou de um determinado local.

Nos estudos de casos correlatos apresentados há a preocupação que o usuário tenha consciência de que o espaço pertence a ele. Assim, buscam atender diferentes faixas etárias com o intuito de dar vida ao espaço, seja através da variação de atividades propostas, pelos equipamentos que estão implantados, seja pela disponibilidade de áreas para abrigarem diferentes atividades.

A partir da análise realizada no local de estudo e o questionário aplicado aos frequentadores e moradores do bairro Porto das Laranjeiras, é possível traçar as diretrizes para um projeto do espaço livre público adequado à vivência e cotidiano dessa região. Com um programa adequado é possível incentivar o uso e a preservação do espaço para a melhoria da paisagem atual e utilizar o patrimônio existente para propiciar uma identidade para essa comunidade.

O Mapa 10 faz uma síntese dos aspectos que influenciam diretamente o projeto de paisagismo que será realizado no local. Com relação às edificações existentes, foram selecionadas duas que estão em melhores condições físicas para

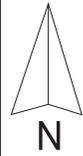
serem mantidas e abrigarem parte do programa do espaço livre público. O mapa de mobilidade indica os sentidos das vias, os principais fluxos de pedestre e as linhas de ônibus que atendem o local.

Com base nesses dois mapas e nas características do local, foram traçadas as diretrizes que servirão de base para o projeto do espaço livre público, apresentados no Mapa 11.

# MOBILIDADE

MAPA 09

esc: 1:2.000

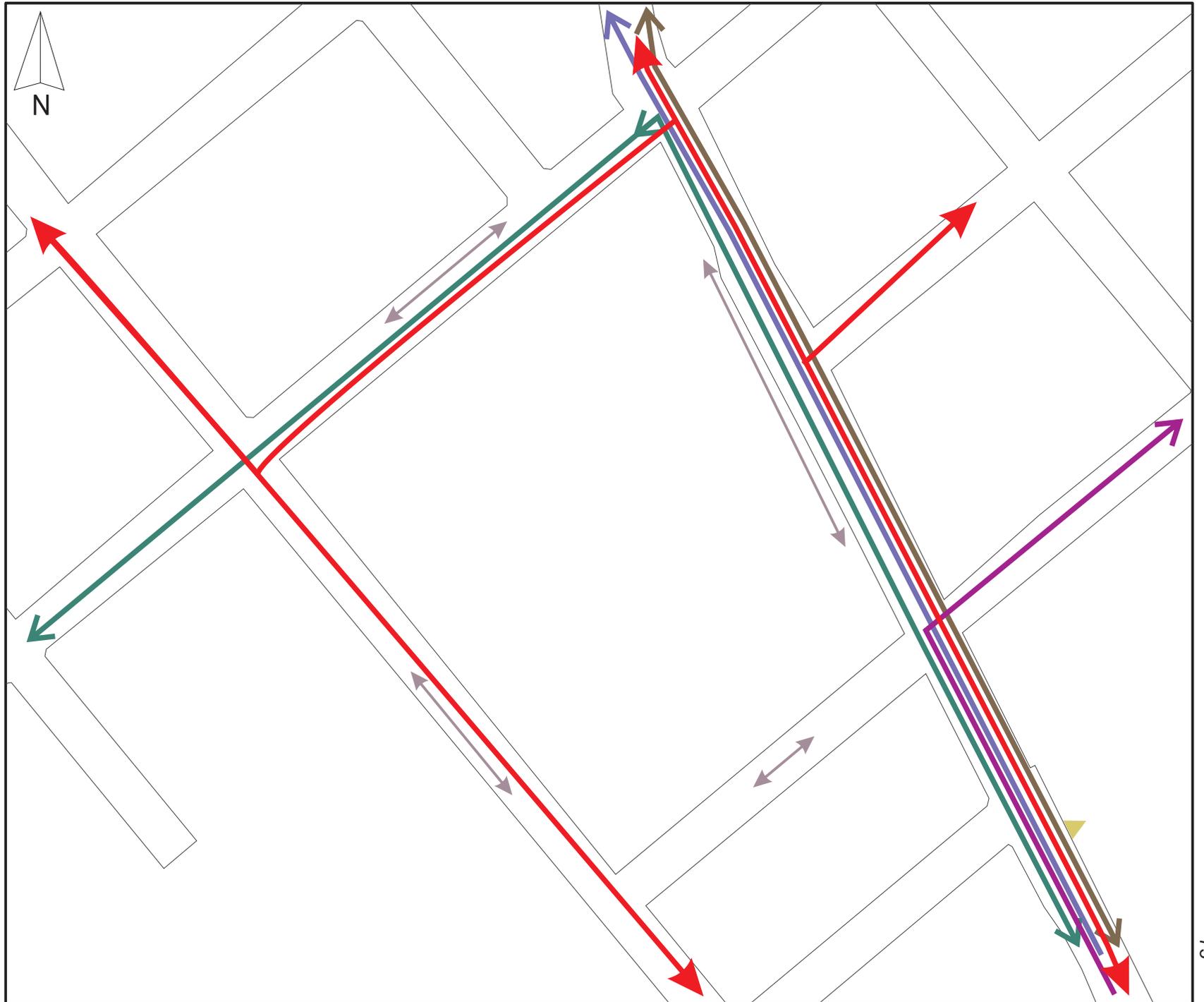


0 10 30 50m  
escala gráfica

Fluxo de pedestres  
mais frequente  
Fluxo de veículos

Mobiliário Urbano:  
▲ Ponto de ônibus

Linhas de ônibus:  
→ Linhão 1  
→ Linhão 2  
→ Pequim / Napoli  
→ Tropical / Monalisa



elaboração: a autora

# MAPA SÍNTESE

## MAPA 10

esc: 1:2.000

-  Escoamento das águas
-  Ventos dominantes
-  Fluxo de pedestres mais frequente
-  Fluxo de veículos
-  Acessos existentes
-  Via Arterial
-  Edificações existentes à retirar
-  Edificações existentes
- Calçadas:
  -  Inexistente
  -  Padrão Prefeitura
  -  Acessos de Veículos
- Mobiliário Urbano:
  -  Telefone Público
  -  Ponto de ônibus
- Vegetação:
  -  Eucaliptos
  -  Cedros
  -  Capoeira
  -  Campo
  -  Várzea
  -  Vegetação de entorno



0 10 30 50m  
escala gráfica

elaboração: a autora

# DIRETRIZES DE PROJETO

## MAPA 11

esc: 1:1.000



### **6.1 Programa de intervenção na área de estudo**

A intenção é criar um espaço livre público no bairro Porto das Laranjeiras em Araucária, adequado para a vivência da população moradora e usuária do local, que mantenha algumas edificações existentes no terreno devido à sua importância para a preservação da memória; e, adequando a vegetação existente para contribuir com a melhoria ambiental e a paisagem urbana local.

Considerando as atividades sugeridas pelas pessoas que responderam a pesquisa, as deficiências da região e os aspectos apontados no mapa de diretrizes já apresentado, define-se o seguinte programa:

- Edificação (1 – Mapa 11) destinada à biblioteca pública municipal, capaz de satisfazer as deficiências em atividades de educação e cultura e incentivar as pessoas de outras áreas da cidade a frequentarem o espaço. Além dos ambientes de pesquisa e leitura, com salas de cursos relacionados à arte;
- Palco para apresentações culturais e espaços para leitura ao ar livre, como complementação das atividades realizadas na biblioteca;
- Espaços destinados ao esporte (as atividades relacionadas ao esporte foram as mais citadas pelos participantes das pesquisas quando questionados sobre o programa que o espaço público deveria ter para que eles o frequentassem): pista de corrida e caminhada, quadra de esportes com 1.000m<sup>2</sup>, pista de skate, aparelhos para exercício físico e alongamento, área de yoga.;
- (Edificação 2 – Mapa 11) Quiosque de alimentação para atender o público do espaço livre;
- Playground para as crianças com 300/500m<sup>2</sup>;
- Bicicletário (não foi citada nos questionários nenhuma atividade relacionada a este modal, está presente no programa com a intenção de incentivar o uso da bicicleta como lazer e meio de transporte) e equipamento de aluguel de bicicletas e continuação da ciclovia existente no bairro até o local de projeto;
- Espaço externo com histórico da Fábrica de Cogumelos;
- Banheiros públicos anexos às duas edificações existentes;
- Estacionamento de veículos.

Apenas um item citado pela população não será atendido, o posto policial, pois o espaço livre público é capaz de gerar alto fluxo e concentração de pessoas que são capazes de proporcionar mais segurança para o local. Além disso, as melhorias propostas com relação à vegetação e à iluminação do espaço garantem maior segurança ao sítio.

## 7 Referências

Agência Curitiba de Desenvolvimento S.A. Disponível em [www.agenciacuritiba.com.br](http://www.agenciacuritiba.com.br)

ALEX, Sun. Convívio e exclusão no espaço público: questões de projeto da praça. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2004.

ARAUCÁRIA. Projeto de Lei Complementar nº 005, de 18 de setembro de 2006. Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e ações estratégicas e dá outras providências para as ações de planejamento no Município de Araucária.

ARAUCÁRIA. Lei nº 2.160, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo do Município de Araucária e dá outras providências.

ARAUCÁRIA. Lei nº 2.161, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o sistema viário do Município de Araucária e dá outras providências.

ArcoWeb. Disponível em [www.arcoweb.com.br](http://www.arcoweb.com.br)

Benedito Abbud Arquitetura Paisagística. Disponível em [www.beneditoabbud.com.br](http://www.beneditoabbud.com.br).

BLASZCZAK, Evandro. Diretrizes para uma nova metodologia de avaliação de estudos de impacto de vizinhança para o município de Araucária. Curitiba, 2010. 54f. Monografia (Especialização em Gestão Técnica do Meio Urbano) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

BOSCHILIA, Roseli T. Agricultura e Indústria, a memória do trabalho em Araucária. Araucária: Editora Progressiva Ltda. 3ª Edição. 2010.

BUCCHERI, Alexandre Teobaldo. O planejamento dos espaços de uso público, livres de edificação e com vegetação no município de Curitiba, PR: planejamento sistemático ou planejamento baseado em um modelo oportunista? Curitiba, 2010. 213f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná.

CHARVET, Marcos Pedro Cintra Ferreira. Depoimento cedido à Camila Luana Knopik. Casa do Cavalo Baio, Araucária, 5 maio 2012.

COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Disponível em [www.comec.pr.gov.br](http://www.comec.pr.gov.br).

COMEC Plano de desenvolvimento integrado da região Metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional. Curitiba: 2006.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini. 1990.

DIÁRIO DA TARDE. Ano 73 nº 21.846. Curitiba, 14 dez. 1972

ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 4 dez. 1971.

GAVLETA, Silvia. Depoimento cedido à Camila Luana Knopik. Araucária, 08 abr. 2012.

GAZETA DO POVO. Curitiba, 1 set. 1974.

GRUNOW, Evelise. Praça Victor Civita, Museu Aberto da Sustentabilidade, São Paulo. Disponível em <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/adriana-levisky-e-anna-julia-dietzsch-praca-victor-12-05-2009.html>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

INCKOT, Fabienne Charvet. Depoimento cedido à Camila Luana Knopik. Casa do Cavalo Baio, Araucária, 5 maio 2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em [www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br).

JORNAL DE ARAUCÁRIA. Cidade passou por três fases bem distintas. Araucária, 10 fev. 2006.

KLEIN, Roberto M.; HATSCHBACH, Gert. Fitofisionomia e notas sobre a vegetação para acompanhar a planta fitogeográfica do município de Curitiba e arredores (Paranaá). Boletim da Universidade do Paraná: Curitiba. 1062.

KNOPIK, Silvestre. Depoimento cedido à Camila Luana Knopik. Araucária, 08 abr. 2012.

LEITÃO, Lúcia. As praças que a gente tem, as praças que a gente quer. Recife: Secretaria de Planejamento – Diretoria de Urbanismo, 2002.

Levisky Arquitetos Associados. Praça Victor Civita – Museu Aberto da Sustentabilidade. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/09.106/2983>.

LYNCH, Kevin. La Imagen de la ciudad. Buenos Aires: Ediciones Infinito. 4ª Edição. 1976.

MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial. 3ª edição. 2002.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço Livre – Objeto de Trabalho. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, nº 21, p. 175 – 198, 2006.

NEUFERT, Ernst. Arte de projetar em arquitetura. São Paulo: Gustavo Gili do Brasil. 13ª edição. 1998.

PARANÁ CIDADE. Disponível em [www.paranacidade.org.br](http://www.paranacidade.org.br).

PARQUES E PRAÇAS DE CURITIBA. Disponível em [www.parquesepracasdecuritiba.com.br](http://www.parquesepracasdecuritiba.com.br)

O POPULAR. Suplemento especial do jornal, meu bairro. Edição 285. Araucária, 11 jun. 2004.

PLANO DIRETOR DE ARAUCÁRIA. Volume I. Fundamentação. 2007.

Praça Victor Civita. Disponível em <http://pracavictorcivita.org.br>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA. Disponível em [www.araucaria.pr.gov.br](http://www.araucaria.pr.gov.br).

PROAP. Estudos e Projetos de Arquitetura Paisagística. Disponível em [www.proap.pt](http://www.proap.pt)

REIS, Ademir; SCARIOT, Eliziane Carla; TRES, Deisy Regina. Restauração na Floresta Ombrófila Mista através da sucessão natural. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

RODERJAN, Carlos Veloso. Assessoria cedida à Camila Luana Knopik. Campus Botânico, UFPR, Curitiba, 05 jul. 2012.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora Hucitec. 1993.

SILVA, Madianida Nunes da. Indústria e produção do espaço urbano em Araucária. Curitiba, 2006. 115f. Tese. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná.

TARDIN, Raquel. Espaços livres: Sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: Capes. 2008.

TRAUCZYNSKI, Cezar. (Comp.). A refinaria é nossa: Araucária da batatinha ao petróleo, uma coletânea de publicações.

## 8 Anexos

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre a área definida na imagem abaixo, cujo local foi escolhido por mim, Camila Luana Knopik, para desenvolver meu tema final de graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR.

A sua participação será muito valiosa e me ajudará a estabelecer diretrizes para definir a melhor forma de ocupar e planejar um uso adequado para esse terreno.

**Atualmente esse terreno é uma propriedade privada, mas imagine que ele poderia ser desapropriado pela Prefeitura Municipal de Araucária para atender às demandas da população local.**

Desde já, agradeço a sua participação.

QUESTIONÁRIO

DATA: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

NATURAL DE: \_\_\_\_\_ IDADE: ( ) MASCULINO ( ) FEMININO

RELAÇÃO COM O BAIRRO: ( ) MORADIA ( ) TRABALHO ( ) ESTUDO

A QUANTO TEMPO?

AS PRÓXIMAS QUESTÕES DEVEM SER RESPONDIDAS COM RELAÇÃO À ÁREA DELIMITADA NA IMAGEM A BAIXO:

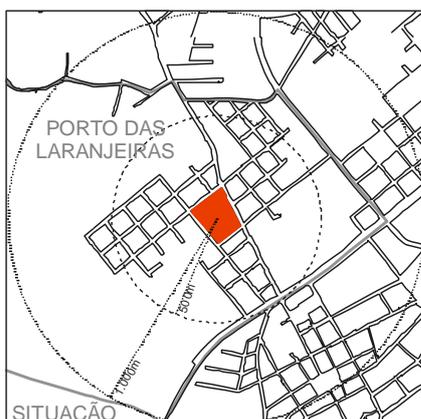
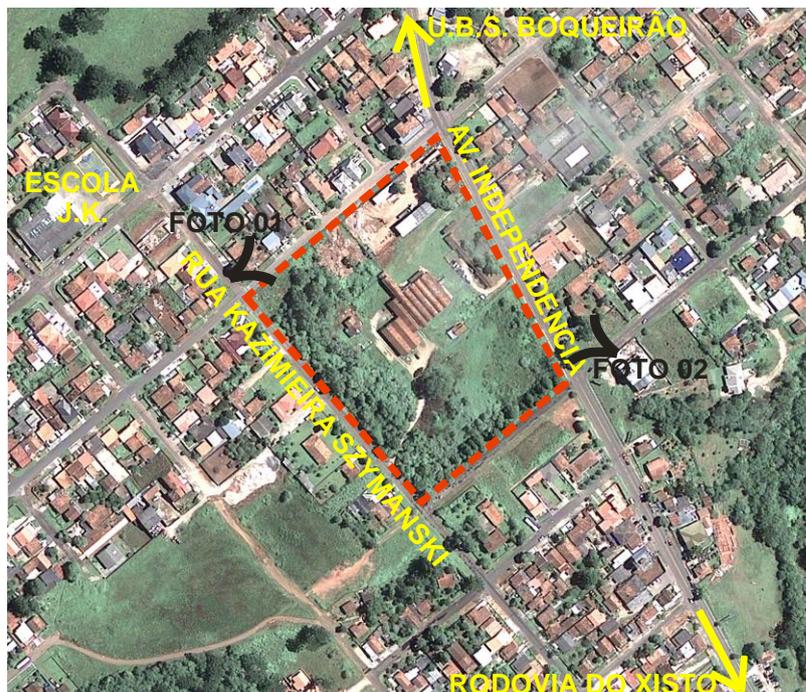


FOTO 01:



Vista da Rua Cap. Leonardo Graziano

FOTO 02:



Vista da Avenida Independência

VOCÊ RECONHECE O LOCAL DESSAS IMAGENS? SIM ( ) NÃO ( )

Se sua resposta for negativa não continue a responder o questionário.

<b>SOBRE O LOCAL</b>
EM RELAÇÃO AO TERRENO, QUAL A LEMBRANÇA QUE LHE VEM IMEDIATAMENTE À MEMÓRIA?
O QUE DIRIA SOBRE A SEGURANÇA DESSE LOCAL?
INDIQUE PELO MENOS TRÊS QUALIDADES DO LOCAL
INDIQUE PELO MENOS TRÊS DEFICIÊNCIAS OU PROBLEMAS DO LOCAL

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	
QUAL MEIO DE TRANSPORTE VOCÊ UTILIZA PARA SE LOCOMOVER DENTRO DO BAIRRO?	
( ) CARRO    ( ) MOTO    ( ) ÔNIBUS    ( ) BICICLETA    ( ) A PÉ	
E PARA IR DO BAIRRO À OUTROS LUGARES DA CIDADE?	
( ) CARRO    ( ) MOTO    ( ) ÔNIBUS    ( ) BICICLETA    ( ) A PÉ	
PROJETO   PROGRAMAS	
SE A PREFEITURA DESAPROPRIASSE O IMÓVEL PARA REALIZAR UM PROJETO QUE ATENDESSE A COMUNIDADE LOCAL, NA SUA OPINIÃO, O QUE DEVERIA SER FEITO NESSE LOCAL?	
QUE PROGRAMA DE USO OU ATIVIDADES O LOCAL OU O EQUIPAMENTO NELE IMPLANTADO DEVERIA PREVER PARA QUE VOCÊ O FREQUENTASSE?	
NA SUA OPINIÃO, AO REALIZAR UM PROJETO NESSE LOCAL DEVERIAM SER PRESERVADAS:	
AS CONSTRUÇÕES EXISTENTES?	( ) SIM    ( ) NÃO
	
Edificações das instalações da antiga Cogumeleira	Residência do caseiro da antiga Cogumeleira
A VEGETAÇÃO DEVERIA SER PRESERVADA?	( ) SIM    ( ) NÃO
Nota: Não se trata de vegetação remanescente. (Vegetação remanescente é a porção preservada da vegetação original existente no local)	